

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	91
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	98
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	176.000
Preferenciais	0
Total	176.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.806.255	2.622.689
1.01	Ativo Circulante	674.897	866.683
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.387	92.144
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de caixa	14.387	92.144
1.01.03	Contas a Receber	45.209	101.299
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	45.209	101.299
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	548	19
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	44.627	92.049
1.01.03.02.03	Outros créditos	34	9.231
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.678	12.267
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.678	12.267
1.01.07	Despesas Antecipadas	161	108
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	161	108
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	602.462	660.865
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	602.462	660.865
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	602.462	660.865
1.02	Ativo Não Circulante	2.131.358	1.756.006
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	123.547	37.454
1.02.01.03	Contas a Receber	162	162
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	162	162
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	123.385	37.292
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	123.385	37.292
1.02.02	Investimentos	1.849.876	1.558.313
1.02.02.01	Participações Societárias	1.849.876	1.558.313
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.849.876	1.558.313
1.02.03	Imobilizado	10.025	10.110
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.025	10.110
1.02.04	Intangível	147.910	150.129
1.02.04.01	Intangíveis	147.910	150.129

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.806.255	2.622.689
2.01	Passivo Circulante	492.914	424.332
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.034	2.675
2.01.01.01	Obrigações Sociais	188	555
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.846	2.120
2.01.02	Fornecedores	1.006	733
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.006	733
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	248.184	358.128
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	134.449	94.503
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	134.449	94.503
2.01.04.02	Debêntures	113.735	263.625
2.01.04.02.01	Debêntures	113.735	93.751
2.01.04.02.02	Notas Promissórias	0	169.874
2.01.05	Outras Obrigações	240.690	62.796
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	231.315	55.296
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	231.315	55.296
2.01.05.02	Outros	9.375	7.500
2.01.05.02.05	Outros débitos	9.375	7.500
2.02	Passivo Não Circulante	910.136	883.217
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	686.774	664.016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.161	9.274
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.161	9.274
2.02.01.02	Debêntures	678.613	654.742
2.02.01.02.01	Debêntures	678.613	654.742
2.02.02	Outras Obrigações	3.250	3.250
2.02.02.02	Outros	3.250	3.250
2.02.02.02.03	Contrato de aquisição de ativos	3.250	3.250
2.02.04	Provisões	220.112	215.951
2.02.04.02	Outras Provisões	220.112	215.951
2.02.04.02.04	Provisões sobre Passivo a Descoberto de Subsidiárias	220.112	215.951
2.03	Patrimônio Líquido	1.403.205	1.315.140
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	-297.367	-297.367
2.03.02.07	Reservas de capital	-297.367	-297.367
2.03.03	Reservas de Reavaliação	134.101	137.985
2.03.04	Reservas de Lucros	344.294	245.174
2.03.04.01	Reserva Legal	28.840	28.840
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	315.454	216.334
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	379.198	386.369

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	136.743	205.436
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.632	-9.132
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.899	-2.704
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.811	-2.838
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-3.114	-2.770
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-128	-133
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-680	-687
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.977	6.347
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	2.977	6.347
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	143.398	208.221
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	143.398	208.221
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	136.743	205.436
3.06	Resultado Financeiro	-48.678	-38.406
3.06.01	Receitas Financeiras	5.388	2.519
3.06.01.01	Receitas Financeiras	5.388	2.519
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.066	-40.925
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-54.066	-40.925
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.065	167.030
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	88.065	167.030
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	88.065	167.030
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,50037	0,94903
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,50037	0,94750

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	88.065	167.030
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.055	13.445
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	3.884	5.682
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	7.171	7.763
4.03	Resultado Abrangente do Período	99.120	180.475

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.770	-11.025
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.502	-11.485
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	88.065	167.030
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	128	133
6.01.01.05	Amortização do Intangível	680	687
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	44.858	34.813
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	2.573	-973
6.01.01.11	Pagamento Baseado em Ações	0	-4.954
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	-143.398	-208.221
6.01.01.13	Amortização de custo de emissão de debêntures	1.592	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.710	1.261
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-411	-917
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	8.614	-358
6.01.02.05	Fornecedores	273	356
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	726	405
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-367	-103
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	1.875	1.878
6.01.03	Outros	-6.978	-801
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-120.632	-177.679
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-206.276	-295.666
6.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	88.243	129.868
6.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	-42	-59
6.02.08	Adições ao Ativo Intangível	-2.557	-11.822
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	44.645	191.332
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-52.422	-2.583
6.03.06	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	232.821	755
6.03.08	Captações através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	64.950	260.000
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-186.244	-65.525
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-12.342	-303
6.03.11	Juros Pagos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-2.118	-1.012
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-77.757	2.628
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	92.144	36.108
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.387	38.736

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-297.367	245.174	0	524.354	1.315.140
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-297.367	245.174	0	524.354	1.315.140
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	88.065	0	88.065
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	88.065	0	88.065
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	99.120	-88.065	-11.055	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	99.120	-99.120	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.884	-3.884	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	7.171	-7.171	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-297.367	344.294	0	513.299	1.403.205

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-14.142	618.976	0	552.284	2.000.097
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-14.142	618.976	0	552.284	2.000.097
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.954	0	0	0	-4.954
5.04.08	Agio em transações de capital	0	-4.954	0	0	0	-4.954
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	167.030	5.179	172.209
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	167.030	0	167.030
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.179	5.179
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	180.475	-167.030	-13.445	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	180.475	-180.475	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5.682	-5.682	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	7.763	-7.763	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-19.096	799.451	0	544.018	2.167.352

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	15.111	20.155
7.01.02	Outras Receitas	15.111	20.155
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	11.055	13.445
7.01.02.02	Outras Receitas	4.056	6.710
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.805	-2.901
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.726	-2.542
7.02.04	Outros	-1.079	-359
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.306	17.254
7.04	Retenções	-808	-820
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-808	-820
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.498	16.434
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	148.786	210.740
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	143.398	208.221
7.06.02	Receitas Financeiras	5.388	2.519
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	159.284	227.174
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	159.284	227.174
7.08.01	Pessoal	5.228	4.983
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.842	4.492
7.08.01.02	Benefícios	247	360
7.08.01.03	F.G.T.S.	139	131
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	717	643
7.08.02.01	Federais	697	625
7.08.02.02	Estaduais	1	4
7.08.02.03	Municipais	19	14
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.219	41.073
7.08.03.01	Juros	54.114	40.970
7.08.03.02	Aluguéis	105	103
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	99.120	180.475
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	99.120	180.475

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	6.463.672	5.494.972
1.01	Ativo Circulante	875.330	663.420
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	169.464	188.209
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.489	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	16.489	0
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	16.489	0
1.01.03	Contas a Receber	625.166	415.441
1.01.03.01	Clientes	76.712	56.308
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	548.454	359.133
1.01.03.02.02	Indenização a receber - aditivos	548.454	359.133
1.01.06	Tributos a Recuperar	37.656	32.973
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	37.656	32.973
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.381	6.317
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	13.381	6.317
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.174	20.480
1.01.08.03	Outros	13.174	20.480
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	9.435	8.876
1.01.08.03.02	Outros créditos	3.739	11.604
1.02	Ativo Não Circulante	5.588.342	4.831.552
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.982.514	1.887.813
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	68	68
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	68	68
1.02.01.03	Contas a Receber	7.002	7.002
1.02.01.03.01	Clientes	7.002	7.002
1.02.01.06	Tributos Diferidos	134.536	134.231
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	134.536	134.231
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.660	3.871
1.02.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	3.660	3.871
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	77.898	40.318
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	77.898	40.318
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.759.350	1.702.323
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	1.726.899	1.667.943
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	6.173	3.163
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	2.974	2.990
1.02.01.09.05	Outros Créditos	23.304	28.227
1.02.02	Investimentos	727.695	671.408
1.02.02.01	Participações Societárias	727.695	671.408
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	727.616	671.333
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	79	75
1.02.03	Imobilizado	75.461	73.792
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	75.461	73.792
1.02.04	Intangível	2.802.672	2.198.539
1.02.04.01	Intangíveis	2.802.672	2.198.539

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	6.463.672	5.494.972
2.01	Passivo Circulante	2.014.574	1.337.022
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.897	17.204
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.897	17.204
2.01.02	Fornecedores	107.777	65.047
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	107.777	65.047
2.01.03	Obrigações Fiscais	45.460	37.646
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.356.040	913.059
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.062.377	697.684
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.062.377	697.684
2.01.04.02	Debêntures	292.841	214.701
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	822	674
2.01.05	Outras Obrigações	473.468	294.280
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	65.416	10.755
2.01.05.02	Outros	408.052	283.525
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.686	26.070
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	30.926	71.364
2.01.05.02.06	Outros débitos	18.988	16.217
2.01.05.02.07	Notas Promissórias	356.452	169.874
2.01.06	Provisões	8.932	9.786
2.01.06.02	Outras Provisões	8.932	9.786
2.01.06.02.04	Obrigações contrato de concessão	8.932	9.786
2.02	Passivo Não Circulante	2.886.170	2.724.134
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.502.261	1.570.374
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	189.478	329.835
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	189.478	329.835
2.02.01.02	Debêntures	1.311.954	1.239.519
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	829	1.020
2.02.02	Outras Obrigações	95.539	16.575
2.02.02.02	Outros	95.539	16.575
2.02.02.02.03	Contratos de Aquisição de Ativos	3.250	3.250
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	8.328	3.321
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	8.424	9.264
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	75.537	740
2.02.03	Tributos Diferidos	263.855	196.825
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	263.855	196.825
2.02.04	Provisões	102.128	82.175
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.615	2.782
2.02.04.02	Outras Provisões	99.513	79.393
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	99.465	79.345
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	48	48
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	922.387	858.185
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.562.928	1.433.816
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	-297.367	-297.367

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02.07	Reservas de Capital	-297.367	-297.367
2.03.03	Reservas de Reavaliação	134.101	137.985
2.03.04	Reservas de Lucros	344.294	245.174
2.03.04.01	Reserva Legal	28.840	28.840
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	315.454	216.334
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	379.198	386.369
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	159.723	118.676

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	792.058	241.894
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-466.343	-154.880
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-12.461	-17.205
3.02.03	Custo de construção	-374.801	-77.326
3.02.04	Operação portuária	0	-112
3.02.05	Operação de energia	-2.107	0
3.02.07	Custo com pessoal	-13.552	-8.696
3.02.08	Depreciação do imobilizado (custo)	-199	-181
3.02.10	Amortização do intangível (custo)	-44.061	-28.941
3.02.11	Amortização do intangível (mais valia)	-13.463	-18.605
3.02.12	Remuneração do poder concedente	-5.699	-3.814
3.03	Resultado Bruto	325.715	87.014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.062	-8.786
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.864	-30.926
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-10.868	-14.046
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-6.046	-5.127
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-11.058	-9.617
3.04.02.04	Depreciação do imobilizado (custo)	-828	-435
3.04.02.06	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-2.064	-1.701
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20.080	6.858
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	20.080	6.858
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.185	-558
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-4.232	-582
3.04.05.02	Outras despesas não recorrentes	-5.953	24
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.907	15.840
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	312.653	78.228
3.06	Resultado Financeiro	-114.853	-53.635
3.06.01	Receitas Financeiras	7.121	3.321
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.121	3.321
3.06.02	Despesas Financeiras	-121.974	-56.956
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-121.227	-56.956
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	-747	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	197.800	24.593
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-87.567	-10.918
3.08.01	Corrente	-10.500	-15.029
3.08.02	Diferido	-77.067	4.111
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	110.233	13.675
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	21.597	156.037
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	21.597	156.037
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	131.830	169.712
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	88.065	167.030
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	43.765	2.682
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	131.830	169.712
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.055	13.445
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	3.884	5.682
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	7.171	7.763
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	142.885	183.157
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	99.120	180.475
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	43.765	2.682

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	151.515	172.121
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	359.736	149.281
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	88.065	167.030
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	77.067	-4.111
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	1.027	589
6.01.01.05	Amortização do intangível	59.588	49.164
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	343	55.935
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	100.519	50.630
6.01.01.09	Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais	994	-3.279
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	-167	-103
6.01.01.13	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-840	-816
6.01.01.14	Participação de Acionistas não Controladores	41.047	1.166
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-7.907	-15.840
6.01.01.17	Resultado de equivalência patrimonial - participações a comercializar	0	-180.918
6.01.01.18	Resultado de equivalência patrimonial - participações descontinuadas	0	29.834
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-208.221	22.840
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-20.404	-62.074
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	157	158
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-4.667	-1.230
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	-187.260	74.475
6.01.02.05	Fornecedores	42.730	8.463
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.693	1.452
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-5.030	31
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10.500	15.029
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-2.686	-19.297
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	31.964	5.833
6.01.02.13	Outras variações de passivos	-79.218	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-284.600	-155.884
6.02.02	Aquisição de Investimento	-60.100	-77.720
6.02.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	0	102.090
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-1.966	-6.888
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-222.534	-173.366
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	114.340	213.207
6.03.05	Recebimentos de empresas ligadas, operações não comerciais	55.762	891
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	585.532	323.315
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-411.114	-101.132
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-57.173	-9.867

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.03.11	Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	-57.386	0
6.03.12	Juros pagos a empresas ligadas, operações não comerciais	-1.281	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18.745	229.444
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	188.209	50.668
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	169.464	280.112

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-297.367	245.174	0	524.354	1.315.140	118.676	1.433.816
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-297.367	245.174	0	524.354	1.315.140	118.676	1.433.816
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-2.718	-2.718
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-2.718	-2.718
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	88.065	0	88.065	43.765	131.830
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	88.065	0	88.065	43.765	131.830
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	99.120	-88.065	-11.055	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	99.120	-99.120	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.884	-3.884	0	0	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	7.171	-7.171	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-297.367	344.294	0	513.299	1.403.205	159.723	1.562.928

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-14.142	618.976	0	552.284	2.000.097	139.491	2.139.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-14.142	618.976	0	552.284	2.000.097	139.491	2.139.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.954	0	0	0	-4.954	0	-4.954
5.04.08	Agio em transações de capital	0	-4.954	0	0	0	-4.954	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	167.030	5.179	172.209	1.166	173.375
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	167.030	0	167.030	1.166	168.196
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.179	5.179	0	5.179
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	180.475	-167.030	-13.445	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	180.475	-180.475	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5.682	-5.682	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	7.763	-7.763	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-19.096	799.451	0	544.018	2.167.352	140.657	2.308.009

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	851.313	268.964
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	215.321	179.996
7.01.02	Outras Receitas	635.992	88.968
7.01.02.01	Receitas de Construção	597.438	77.326
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	11.055	-5.502
7.01.02.03	Outras Receitas	27.499	17.144
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-406.469	-90.346
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.161	-27.073
7.02.04	Outros	-381.308	-63.273
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-925	17.065
7.02.04.02	Custos de Construção	-374.801	-79.816
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-5.582	-522
7.03	Valor Adicionado Bruto	444.844	178.618
7.04	Retenções	-60.615	-49.864
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-60.615	-49.864
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	384.229	128.754
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.028	18.971
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.907	15.840
7.06.02	Receitas Financeiras	7.121	3.131
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	399.257	147.725
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	399.257	147.725
7.08.01	Pessoal	28.105	21.940
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.603	16.983
7.08.01.02	Benefícios	4.560	3.632
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.485	974
7.08.01.04	Outros	457	351
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	119.370	51.815
7.08.02.01	Federais	103.671	42.482
7.08.02.02	Estaduais	2.353	90
7.08.02.03	Municipais	13.346	9.243
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	130.494	60.388
7.08.03.01	Juros	120.105	56.201
7.08.03.02	Aluguéis	4.459	3.726
7.08.03.03	Outras	5.930	461
7.08.03.03.01	Remuneração do poder concedente	4.859	0
7.08.03.03.02	Outras	1.071	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	142.885	169.619
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	99.120	169.619
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	43.765	0
7.08.05	Outros	-21.597	-156.037
7.08.05.02	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	-21.597	-156.037



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31.03.2015

Novas normas emitidas pelo CPC e IASB entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013 e que foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia, no primeiro trimestre de 2013. A administração da Companhia avaliou essas novas normas, CPC 36 (R3)/ IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2)/ IFRS (11) – Negócios em conjunto, e apresenta os efeitos a seguir.

A Companhia possui participação de 50% na Portonave, 45% na Aeroportos Brasil (22,95%, indiretamente na concessionária Aeroportos Brasil Viracopos) e 15,79% na Vetría. Até 31 de dezembro de 2012 os ativos, passivos, receitas e despesas desses investimentos eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia proporcionalmente à sua participação de acordo com o CPC 19 (R1) – Investimento em empreendimento controlado em conjunto – Joint Venture (IAS 31).

Com a adoção do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10), a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia considerou tais investimentos como controles em conjunto (joint ventures, sendo reconhecido pelo método de equivalência patrimonial).

CONSOLIDADO

A receita bruta cresceu 192,6%, de R\$ 280,4 milhões no 1T14 para R\$ 820,5 milhões no 1T15. A variação deve-se principalmente ao:

- ① Aumento da receita de construção de ativos de concessão, que reflete os investimentos feitos nas concessões sem efeito caixa, em +672,6% no 1T15, em função dos aditivos da Concer, Triunfo Concepa e Triunfo Concebra;
- ① Crescimento da receita de arrecadação de pedágio, em função dos reajustes tarifários que ocorreram no segundo semestre de 2014: (i) 12,5% na Concer (7,2% de revisão + 5,3% de reequilíbrio), (ii) 10% na Triunfo Concepa (6,5% de revisão e 3,5% de reequilíbrio) e (iii) 13,1% na Triunfo Econorte (4,9% de revisão e 8,2% de reequilíbrio);

A receita líquida ajustada, excluindo construção de ativos das concessões, atingiu R\$ 194,6 milhões, 18,3% superior à receita líquida registrada no 1T14 de R\$ 164,6 milhões.

Receita Operacional (R\$ mil)	1T15	1T14	Δ
Arrecadação de Pedágio	211.798	178.605	18,6%
Construção de Ativos das Concessões	597.438	77.326	672,6%
Operação Portuária - Carga Própria	-	1.391	n/c
Geração e Venda de Energia	3.523	21.143	-83,3%
Outras Receitas	7.748	1.955	296,3%
Receita Operacional Bruta (ROB)	820.507	280.420	192,6%
Deduções da Receita Bruta	(28.449)	(38.526)	-26,2%
Receita Operacional Líquida (ROL)	792.058	241.894	227,4%
Construção de Ativos das Concessões	597.438	77.326	672,6%
Receita Operacional Líquida Ajustada	194.620	164.568	18,3%

Custos e Despesas Operacionais:

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos de construção e depreciação e amortização, atingiram R\$ 33,8 milhões no 1T15. As despesas operacionais (caixa) consolidadas registraram R\$ 18,1 milhões. O resultado se deve, principalmente, devido a:

1





- ① Implantação pela Companhia da estrutura administrativa de novos negócios entre os períodos, principalmente em relação a Triunfo Concebra e Triunfo Transbrasiliana, gerando um aumento no custo com pessoal de 55,8%.
- ① Reconhecimento de outras receitas operacionais, decorrente da alteração no tratamento de registro de manutenção no investimento Transbrasiliana, considerando programações de engenharia otimizadas já utilizadas pela companhia.

Custos Operacionais (R\$ mil)	1T15	1T14	Δ
Operação e Manutenção das Rodovias	(12.461)	(17.205)	-27,6%
Operação Portuária	-	(112)	n/c
Comercialização de Energia	(2.107)	-	n/c
Custo com Pessoal	(13.552)	(8.696)	55,8%
Obrigações da Concessão	(5.699)	(3.814)	49,4%
Custo Caixa	(33.819)	(29.827)	13,4%
Depreciação e Amortização	(57.723)	(47.727)	20,9%
Custo de Construção	(374.801)	(77.326)	384,7%
Custo Operacional Total	(466.343)	(154.880)	201,1%

Despesas Operacionais (R\$ mil)	1T15	1T14	Δ
Despesas Gerais e Administrativas	(10.868)	(14.046)	-22,6%
Remuneração dos Administradores	(6.046)	(5.127)	17,9%
Despesas com Pessoal	(11.058)	(9.617)	15,0%
Outras Receitas (Despesas) Administrativas	9.895	6.300	57,1%
Despesas Caixa	(18.077)	(22.490)	-19,6%
Depreciação e Amortização	(2.892)	(2.136)	35,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.907	15.840	-50,1%
Despesa Operacional Total	(13.062)	(8.786)	48,7%

LUCRO LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS

O resultado financeiro totalizou R\$ 114,8 milhões de despesa no 1T15, aumento de 114,1% comparado aos R\$ 53,6 milhões de despesa financeira no 1T14, principalmente em função de novas captações feitas para financiar as obras dos aditivos da Triunfo Concebra e da Concer e os investimentos na Triunfo Concebra.

O Lucro Líquido do trimestre foi de R\$ 88,1 milhões e o Lucro Base Dividendos do período foi de R\$ 94,7 milhões.





Lucro Líquido (R\$ mil)	1T15	1T14	Δ
Lucro Operacional	312.653	78.228	299,7%
Resultado Financeiro	(114.853)	(53.635)	114,1%
Receitas Financeiras	7.121	3.321	114,4%
Despesas Financeiras	(121.974)	(56.956)	114,2%
Resultado Antes dos Impostos	197.800	24.593	704,3%
Impostos Sobre Lucro	(87.567)	(10.918)	702,0%
Impostos Correntes	(10.500)	(15.029)	-30,1%
Impostos Diferidos	(77.067)	4.111	n/c
Lucro (prejuízo) de operações em continuidade	110.233	13.675	706,1%
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	21.597	156.037	-86,2%
Participação de Acionistas Não Controladores	43.765	2.682	n/c
Participação de Acionistas Controladores	88.065	167.030	-47,3%
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	131.830	169.712	-22,3%

Base de Dividendos (R\$ mil)	1T15	1T14	Δ
Lucro líquido	88.065	167.030	-47,3%
Realização da reserva de reavaliação reflexa	3.884	5.682	-31,6%
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	7.171	7.763	-7,6%
Constituição da reserva legal (5%)	(4.403)	(8.352)	-47,3%
Lucro base de dividendos	94.717	172.123	-45,0%

O Lucro Base de Dividendos é calculado ajustando o lucro líquido do período pela realização da reserva de reavaliação e do ajuste de avaliação de ativos, e a constituição da reserva legal.



Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 31 de março de 2015 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 180 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 816,7 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Concepa

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS, nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Porto Alegre – Guaíba). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Econorte

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 341 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 1 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da PR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está

Notas Explicativas

previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

Ecovale

A Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

Concebra

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás, nos termos do Contrato de Concessão Edital nº 004/2013 Parte VII. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Transbrasiliiana

A Transbrasiliiana - Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliiana"), tem como objeto realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033.

ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito"), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba") e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Tibagi") prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas

Notas Explicativas

que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) *Geração de energia elétrica*

Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MWh na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da UHE Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço médio de R\$130,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

A partir do último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2014, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “*due dilligence*” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a

Notas Explicativas

Companhia continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão.

Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010. O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011.

A Usina iniciou a operação da 1ª máquina em 24 de setembro de 2013 e recebeu autorização para operar em plena capacidade, com três unidades geradoras, em 12 de dezembro de 2013, com capacidade total instalada de 191,9 MW e garantia física de 83,1 MWm conforme autorização da ANEEL, através do despacho nº 3.218 da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração – SFG.

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

Em 20 de dezembro de 2012, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 8040/2012 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, referente a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV – UHE Garibaldi, com validade por um prazo de 36 meses.

À partir do último trimestre de 2012, a Administração da Triunfo, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar

Notas Explicativas

a participação na controlada Rio Canoas assim como a controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Tijóá

A Tijóá Participações e Investimentos S.A. (“Tijóá”) tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Três Irmãos é a maior usina construída no Rio Tietê e está localizada entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto, no estado de São Paulo, a 28 km da confluência com o Rio Paraná. Possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

O primeiro termo de concessão encerrou em novembro de 2011 e, com o advento da MP nº 579/12, depois convertida na Lei nº 12.783/13, que ofereceu à CESP – Cia Energética de São Paulo, então concessionário da usina, a possibilidade de antecipação da renovação da concessão, além de estabelecer condições específicas para a antecipação dessas renovações. Em dezembro de 2012 os acionistas da CESP decidiram pela não renovação da concessão e a UHE Três Irmãos foi relicitada.

O leilão ocorreu em 28 de março de 2014 e a proposta vencedora foi apresentada pelo Consórcio Novo Oriente, composto por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49,9%) e pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinopla (50,1%).

Em 10 de setembro de 2014 a Tijóá assinou o Contrato de Concessão nº 003/2014-MME-UHE Três Irmãos, e, após um mês de operação assistida, assumiu a operação da usina.

Em agosto de 2014, a Triunfo concluiu a aquisição de 100% das quotas do FIP Constantinopla e, portanto, passou a deter a participação indireta de 50,1% na Tijóá.

Outros

Em 31 de março de 2014, a Triunfo mantém, em fase de desenvolvimento de viabilidade, projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$10.345.

Notas Explicativas

iv) Administração de portos

Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. A câmara possui capacidade para estocar 16 mil toneladas de carga congelada.

Vetria

Foi celebrado em 25 de março de 2015 o Contrato de Dissociação, visando resolver a associação estratégica que pretendia criar um sistema integrado de mina-ferrovia-porto, através da Vetria Mineração S.A. .

O Contrato de Dissociação tem por objetivo regradar as obrigações das partes até que se dê o efetivo desfazimento da associação estratégica, quando a Triunfo e a ALL deixarão de ser acionistas da Vetria, que passará a ser subsidiária integral da Vetria Participações S.A..

A eficácia do Contrato de Dissociação está condicionada a implementação de algumas condições suspensivas, especialmente a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Portonaus

Em 24 de janeiro de 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a “Cruzeiro do Sul”) o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m² na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R\$16.500. Até 31 de março de 2015, foi liquidado o montante de R\$13.250, estando o pagamento do saldo remanescente condicionado a desocupação da área e a transferência dos direitos, sendo a obrigação

Notas Explicativas

registrada na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante.

v) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A., assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 (trinta) anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 22,95%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Leilão 002/2011, que possui a seguinte composição acionária: Triunfo com 45%, UTC Participações S.A. com 45%, e Egis Airport Operation com 10%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente a R\$3.821.010, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Em 11 de julho de 2012 a ANAC, por meio de publicação realizada no Diário Oficial da União, autorizou a controlada em conjunto a iniciar a fase I do contrato de concessão de aeroportos nº 003/ANAC/2012.

Em 31 de agosto de 2012 a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”) emitiu a licença ambiental de instalação sob o número 2.126, para a controlada em conjunto. A licença de instalação permite que a concessionária inicie os investimentos previstos no contrato de concessão. As obras foram iniciadas no mês de setembro de 2012, três meses antes do previsto no cronograma da licitação, com o objetivo de entregar o segundo terminal de passageiros, com capacidade para 14 milhões de passageiros, fingers para 28 aeronaves e estacionamento correspondente, dentro de 22 meses.

Em 14 de novembro de 2012 iniciou-se o último estágio de transição do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, com a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. passando a responder pela operação do complexo. Durante noventa dias, a Infraero acompanhou as atividades assumidas pela controlada em conjunto, restando os esclarecimentos e informações necessárias para garantir a continuidade da operação. Todas as receitas e custos incidentes sobre as

Notas Explicativas

atividades do aeroporto passam a ser de responsabilidade da controlada em conjunto.

Em 14 de fevereiro de 2013 encerrou-se o último estágio de transição entre a iniciativa pública e privada da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. A partir desta data a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. passou a responder integralmente pela operação do complexo.

A concessionária passou a ser responsável por todas as atividades funcionais do aeroporto, como a gestão de recursos humanos, programas de segurança e vigilância, operação e manutenção do sítio aeroportuário, operação administrativa e comercial, além de conduzir a interação e comunicação com os demais envolvidos no dia a dia de Viracopos, como usuários, lojistas e agentes governamentais.

Em 15 de julho de 2014, a Aeroportos Brasil Viracopos apresentou à ANAC revisão de seu cronograma para conclusão das obras da fase I-B do contrato de concessão. Em 28 de julho de 2014, a investida recebeu auto de infração da ANAC, sem imputar valores, em que o regulador apresenta o resultado de sua inspeção ocorrida entre os dias 11 e 13 de maio de 2014, indicando o não cumprimento integral das obras de ampliação do aeroporto. A Aeroportos Brasil Viracopos apresentou sua defesa em 18 de agosto de 2014, que está sob análise da ANAC. Até a data de elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias, nenhuma penalidade foi imposta à investida.

Em 14 de outubro de 2014 a concessionária Aeroportos Brasil iniciou a operação dos voos comerciais no Novo Terminal de Passageiros. A quantidade de voos internacionais por semana passou de 7 para 38 em dezembro. As obras da primeira fase de ampliação do aeroporto finalizaram em dezembro de 2014 e a transferência dos voos do antigo para o novo terminal ocorrerá de forma gradual até final do segundo trimestre de 2015.

b) Eventos relevantes ocorridos no primeiro trimestre de 2015

i) *Conclusão da aquisição da Rodovia Transbrasiliana*

Em 17 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de compra e venda de ações, por meio de sua controlada Dable Participações Ltda, para aquisição de 100% das ações da BRVias Holding TBR S/A, detentora de 100% do capital social da Transbrasiliana, por meio do qual foram estabelecidas diversas condições precedentes para a efetivação do negócio, dentre elas a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico ("CADE") realizado em 17 de outubro de 2014.

Em 05 de janeiro de 2015, as Partes concluíram o negócio pelo valor de R\$ 22,4 milhões com o cumprimento das referidas condições, sendo que na mesma data foram alterados o controle acionário indireto da Companhia, bem como os seus administradores.

Notas Explicativas

ii) *Liquidação 3ª Emissão de Notas Promissórias – Triunfo*

Em 14 de janeiro de 2015, a Triunfo liquidou a totalidade das Notas Promissórias no valor de R\$170,7 milhões. As Notas Promissórias da 3ª emissão foram emitidas em 18 de julho de 2014, em série única, nos termos da Instrução CVM nº 476, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão, a quantidade de 160 Notas Promissórias Comerciais, totalizando a captação de R\$ 160,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias e remuneração de CDI + 2,50% ao ano.

iii) *2ª Emissão de Notas Promissórias - Concer*

A controlada Concer, concluiu em 21 de janeiro a captação no valor de R\$350,0 milhões, através da 2ª Emissão de Notas Promissórias. A emissão será corrigida por CDI mais um spread de 2,0% a.a. com prazo de vencimento de 180 dias. Os recursos serão utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040.

iv) *Programa de Recompra - Triunfo*

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia , aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão , proposto pela Diretoria, em uma única operação ou em uma série de operações, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto atual das ações da Companhia no Mercado.

Poderão ser adquiridas até 7.000.000 de ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do Programa de Recompra, para realizar a aquisição das ações.

O Programa de Recompra tem prazo de 365 dias, contados a partir de 26 de março de 2015. A instituição financeira que atuará como intermediária do Programa de Recompra será BTG PACTUAL CTVM S.A. .

v) *Reajuste Extraordinário da Tarifa de pedágio – Concebra*

Em 22 de abril foi autorizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT a 1ª revisão extraordinária da tarifa básica de pedágio da BR-060/153/262/DF/GO/MG. O acréscimo na tarifa foi de 2,33% e a nova tarifa passa de R\$ 0,028 para R\$ 0,029 por cada quilômetro percorrido. A revisão tarifária deve-se à inclusão de novas obras de retornos em nível que não estavam previstas no contrato de concessão. Os reajustes entram em vigor a partir do início da cobrança do pedágio, que somente ocorrerá quando 10% da extensão prevista para duplicação estiver finalizada, conforme prevê o contrato de concessão com a ANTT.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias em 12 de maio de 2015.

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia, para o período findo em 31 de março de 2015, compreendem:

- a) as informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”.
- b) as informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de março de 2015. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

Companhias	Controle	31/03/15		31/12/14	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("TriunfoConvale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	Controlada	100,0	-	-	-
Rio Paraíba Serviços de Operações Rodoviária Ltda ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	-	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("Holding TBR") (v)	Controlada	-	100,0	-	-
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (vi)	Controlada	-	100,0	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave")	Controlada em conjunto	33,3	16,7	33,3	16,7
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria")	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
Vetorial Mineração Ltda. ("Vetorial") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Portonave S.A. - Terminais Portuários ("Portonave")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Trevally Participações e Investimentos S.A. ("Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos Ltda ("Anddis")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (v)	Controlada	100,0	-	100,0	-
Aeroportos Brasil S.A. ("AB")	Controlada em conjunto	45,0	-	45,0	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("ABV")	Controlada em conjunto	-	22,9	-	22,9
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (iii)	Controlada em conjunto	-	50,1	-	50,1
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (iii)	Controlada em conjunto	-	50,1	-	50,1
Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla ("FIP Constantinopla")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Maestra Navegação e Logística S.A. ("Maestra")	Controlada	100,0	-	100,0	-
NTL - Navegação e Logística S.A. ("NTL")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística ("Vessel")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Maestra Shipping LLP ("LLP") (iv)	Controlada	-	100,0	-	100,0
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	Controlada	64,0	-	64,0	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip")	Controlada em conjunto	50,0	-	50,0	-
ACT Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("ACT")	Controlada em conjunto	50,0	-	50,0	-
Venus Participações e Investimentos S.A. ("Venus")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	Controlada	100,0	-	100,0	-

- (i) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.
- (ii) A controlada em conjunto Vetria detém 100,0% de participação na TPB e na Vetorial Mineração.
- (iii) A controlada FIP Constantinopla detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.
- (iv) A controlada Vessel detém 100,0% de participação na controlada LLP.
- (v) A controlada Dable detém 100,0% de participação na controlada BRVias Holding TBR.
- (vi) A controlada BRVias Holding TBR detém 100,0% de participação na controlada Transbrasiliana.

Notas Explicativas

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período findo em 31 de março de 2015 das controladas, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

a) Segmento rodoviário

	<u>Econorte</u>	<u>Rio Tibaqi</u>	<u>Concepa</u>	<u>Rio Guaíba</u>	<u>Concer</u>	<u>Rio Bonito</u>	<u>Concebra</u>	<u>Rio Parnaíba</u>
Ativo circulante	30.102	6.869	239.018	4.875	570.751	899	107.648	2.089
Ativo não circulante	359.236	21.196	241.902	33.081	784.368	3.782	905.196	53.190
Total do ativo	389.338	28.065	480.920	37.956	1.355.119	4.681	1.012.844	55.279
Passivo circulante	173.379	16.329	50.153	26.872	561.297	3.237	539.976	50.915
Passivo não circulante	120.300	30	308.844	-	368.950	384	82.872	6.720
Patrimônio líquido	95.659	11.706	121.923	11.084	424.872	1.060	389.996	(2.356)
Total do passivo e patrimônio líquido	389.338	28.065	480.920	37.956	1.355.119	4.681	1.012.844	55.279
Receita operacional líquida	48.907	15.283	141.200	15.665	428.971	12.435	137.667	-
Custo dos serviços prestados	(34.781)	(7.798)	(90.998)	(3.818)	(218.880)	(5.130)	(134.175)	-
Lucro bruto	14.126	7.485	50.202	11.847	210.091	7.305	3.492	-
Despesas operacionais, líquidas	(3.698)	(1.160)	(2.401)	(701)	(7.157)	(558)	(1.571)	(1.111)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	10.428	6.325	47.801	11.146	202.934	6.747	1.921	(1.111)
Resultado financeiro, líquido	(8.413)	638	(11.348)	(14)	(26.918)	(19)	(382)	586
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	2.015	6.963	36.453	11.132	176.016	6.728	1.539	(525)
Imposto de renda e contribuição social								
Correntes	(2.323)	(911)	(5.635)	(613)	1.738	(468)	-	-
Diferidos	1.759	-	(4.839)	-	(67.309)	-	(524)	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.451	6.052	25.979	10.519	110.445	6.260	1.015	(525)

	<u>Maestra</u>	<u>NTL</u>	<u>Vessel</u>	<u>Convale</u>	<u>Rio Paraíba</u>	<u>Ecovale</u>	<u>Transbrasiliiana</u>	<u>BRVias Holding TBR</u>	<u>Dable</u>
Ativo circulante	1.074	8.428	8.263	51	-	-	19.317	233	1
Ativo não circulante	7.779	77.076	103.216	14.897	-	-	458.754	138.918	21.005
Total do ativo	8.853	85.504	111.479	14.948	-	-	478.071	139.151	21.006
Passivo circulante	156.233	21.688	95.850	2	401	-	151.016	14.890	-
Passivo não circulante	14.305	3.546	71.251	-	-	-	188.137	56.212	-
Patrimônio líquido	(161.685)	60.270	(55.622)	14.946	(401)	-	138.918	68.049	21.006
Total do passivo e patrimônio líquido	8.853	85.504	111.479	14.948	-	-	478.071	139.151	21.006
Receita operacional líquida	14.530	-	-	-	-	-	36.092	-	-
Custo dos serviços prestados	(3.332)	-	-	-	-	-	(27.010)	-	-
Lucro bruto	11.198	-	-	-	-	-	9.082	-	-
Receitas (despesas) operacionais	(939)	(6.334)	(3.162)	-	-	-	15.533	13.358	(1.376)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	10.259	(6.334)	(3.162)	-	-	-	24.615	13.358	(1.376)
Resultado financeiro, líquido	(3.831)	(1.106)	(6.978)	-	-	-	(4.713)	(3.252)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	6.428	(7.440)	(10.140)	-	-	-	19.902	10.106	(1.376)
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	(1.524)	-	-	-	-	-	(388)	-	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-	(6.154)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	4.904	(7.440)	(10.140)	-	-	-	13.360	10.106	(1.376)

Notas Explicativas**b) Segmento portuário**

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>
Ativo circulante	100.779	6.513	2.620	100.994
Ativo não circulante	1.616.027	10.267	49.526	190.523
Total do ativo	1.716.806	16.780	52.146	291.517
Passivo circulante	130.278	2.370	4.005	207.845
Passivo não circulante (i)	821.804	17.912	33	-
Patrimônio líquido (i)	764.724	(3.502)	48.108	83.672
Total do passivo e patrimônio líquido	1.716.806	16.780	52.146	291.517
Receita operacional líquida	89.401	5.423	9.597	-
Custo dos serviços prestados	(48.446)	(4.416)	(2.784)	-
Lucro bruto	40.955	1.007	6.813	-
Receitas (despesas) operacionais	(6.261)	(288)	(1.238)	7.959
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	34.694	719	5.575	7.959
Resultado financeiro, líquido	(19.382)	21	(8)	(2.285)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	15.312	740	5.567	5.674
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(8.061)	(172)	(1.508)	-
Diferidos	4.423	(78)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	11.674	490	4.059	5.674

	<u>TPB</u>	<u>TPI - Log</u>	<u>Portonaus</u>	<u>Santa Cruz</u>	<u>Terlip</u>
Ativo circulante	-	34.014	20	-	27.286
Ativo não circulante	70.852	122.403	14.717	20.792	869
Total do ativo	70.852	156.417	14.737	20.792	28.155
Passivo circulante	-	9.559	-	1	536
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	70.852	146.858	14.737	20.791	27.619
Total do passivo e patrimônio líquido	70.852	156.417	14.737	20.792	28.155
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	-	2.441	-	-	(4)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	-	2.441	-	-	(4)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	(1)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	-	2.441	-	-	(5)
Correntes					
Diferidos	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	2.441	-	-	(5)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, TPB e Terlip não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Notas Explicativas**c) Energia e outros**

	<u>Rio Verde</u>	<u>Rio Canoas</u>	<u>Rio Claro</u>	<u>TNE</u>	<u>Tucano</u>	<u>Retirinho</u>	<u>Guariroba</u>
Ativo circulante	35.465	61.316	2.750	37.200	-	-	-
Ativo não circulante	524.084	1.088.100	10.795	91.185	8.892	2.674	2.865
Total do ativo	559.549	1.149.416	13.545	128.385	8.892	2.674	2.865
Passivo circulante	51.360	207.866	4.806	55.075	-	-	-
Passivo não circulante (i)	352.578	494.699	-	30.902	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	155.611	446.851	8.739	42.408	8.892	2.674	2.865
Total do passivo e patrimônio líquido	559.549	1.149.416	13.545	128.385	8.892	2.674	2.865
Receita operacional líquida	28.434	81.444	3.269	73.042	-	-	-
Custos dos serviços prestados	(20.160)	(34.722)	(2.352)	(73.032)	-	-	-
Lucro bruto	8.274	46.722	917	10	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(2.089)	(1.941)	(235)	(70)	(1)	(1)	(59)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	6.185	44.781	682	(60)	(1)	(1)	(59)
Resultado financeiro, líquido	(4.380)	(13.758)	1	(426)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	1.805	31.023	683	(486)	(1)	(1)	(59)
Imposto de renda e contribuição social							
Correntes	(1.061)	(10.586)	(376)	-	-	-	-
Diferidos	416	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.160	20.437	307	(486)	(1)	(1)	(59)

	<u>Estrela</u>	<u>Taboca</u>	<u>Anddis</u>	<u>CSE</u>	<u>Tijóá</u>	<u>FIP Constantinopla</u>
Ativo circulante	-	-	1	4.592	26.461	76
Ativo não circulante	2.707	4.214	-	157	346	8.507
Total do ativo	2.707	4.214	1	4.749	26.807	8.583
Passivo circulante	-	-	-	896	13.680	130
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	2.707	4.214	1	3.853	13.127	8.453
Total do passivo e patrimônio líquido	2.707	4.214	1	4.749	26.807	8.583
Receita operacional líquida	-	-	-	1.069	22.868	-
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(724)	(21.030)	-
Lucro bruto	-	-	-	345	1.838	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(1)	-	-	(460)	(1.217)	(120)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	(1)	-	-	(115)	621	(120)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	61	171	-
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(1)	-	-	(54)	792	(120)
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	-	-	-	-	(328)	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(1)	-	-	(54)	464	(120)

Notas Explicativas

	Rio Dourado	Juno	ACT	ATTI	Venus	Mercurio	Netuno	Minerva	Trevally
Ativo circulante	-	-	3.419	-	1	1	1	1	1
Ativo não circulante	-	-	200	131	-	-	-	-	-
Total do ativo	-	-	3.619	131	1	1	1	1	1
Passivo circulante	-	-	3.275	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	-	-	344	131	1	1	1	1	1
Total do passivo e patrimônio líquido	-	-	3.619	131	1	1	1	1	1
Receita operacional líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	-	(2)	(1.492)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	(2)	(1.492)	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro, líquido	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	-	(2)	(1.491)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	(2)	(1.491)	-	-	-	-	-	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

As companhias ACT, Tijoá e o CSE não foram consolidados pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Notas Explicativas

d) Administração de aeroportos

	<u>A. Brasil</u>	<u>A.B. Viracopos</u>
Ativo circulante	663	210.260
Ativo não circulante	733.185	6.226.463
Total do ativo	<u>733.848</u>	<u>6.436.723</u>
Passivo circulante	1.489	671.003
Passivo não circulante (i)	136.484	4.328.118
Patrimônio líquido (i)	595.875	1.437.602
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>733.848</u>	<u>6.436.723</u>
Receita operacional líquida	-	194.738
Custo dos serviços prestados	-	(163.091)
Lucro bruto	-	<u>31.647</u>
Despesas operacionais, líquidas	2.250	(13.185)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	<u>2.250</u>	<u>18.462</u>
Resultado financeiro, líquido	2.283	(11.330)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	<u>4.533</u>	<u>7.132</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(719)	-
Diferidos	-	(2.425)
Lucro líquido do período	<u><u>3.814</u></u>	<u><u>4.707</u></u>

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social e as demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições específicas estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

Notas Explicativas

2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) líquido	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/03/14 (Reapresentado)
Controladora	1.403.205	1.315.140	88.065	167.030
Participação de acionistas não controladores	159.723	118.676	43.765	2.682
Consolidado	1.562.928	1.433.816	131.830	169.712

3. Sumário das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis nos três primeiros meses de 2015.

3.1. Reapresentação dos saldos comparativos

A controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. está reapresentando em 31 de março de 2015 suas demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2014 para refletir a mudança de prática contábil adotada para o registro de capitalização da atualização monetária sobre a outorga desde o início da concessão em 2012. Desta forma a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos alterou os critérios dos registros contábeis e ajustou os cálculos referentes a recomposição da atualização ao valor presente e atualização pelo índice IPCA da outorga, cujos efeitos devem ser reconhecidos desde o início da concessão. Portanto as Demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2014 estão sendo reapresentadas de forma comparativa e adotando a capitalização parcial da correção monetária e da recomposição do ajuste a valor presente.

O efeito da referida mudança na controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos foi a contabilização parcial da correção monetária e da recomposição do AVP contra o ativo intangível Outorga que representa o passivo relativo ao compromisso com o poder concedente reconhecido pelo direto de exploração da atividade aeroportuária.

A mudança de prática contábil citada acima reflete nas Demonstrações financeiras da Companhia através do registro do resultado de equivalência dos respectivos exercícios.

Com objetivo de refletir estas alterações nas datas de 31 de março de 2014, para fins de comparabilidade do seu resultado, a Companhia está reapresentando os saldos das respectivas demonstrações com os efeitos do reconhecimento do resultado de equivalência na investida Aeroportos Brasil Viracopos.

Notas Explicativas**Demonstrações do Resultado do período findo em 31 de março de 2014, reapresentadas:**

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/03/2014	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/03/2014
Receita operacional líquida	-	-	-	241.894	-	241.894
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(154.880)	-	(154.880)
Lucro Bruto	-	-	-	87.014	-	87.014
Receitas (Despesas) operacionais	(2.785)	-	(2.785)	(24.626)	-	(24.626)
Resultado de equivalência patrimonial	197.625	10.596	208.221	5.244	10.596	15.840
Lucro operacional antes do resultado financeiro	194.840	10.596	205.436	67.632	10.596	78.228
Resultado Financeiro	(38.406)	-	(38.406)	(53.635)	-	(53.635)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	156.434	10.596	167.030	13.997	10.596	24.593
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(10.918)	-	(10.918)
Lucro líquido das operações em continuidade	156.434	10.596	167.030	3.079	10.596	13.675
Lucro líquido de operações descontinuadas	-	-	-	156.037	-	156.037
Lucro líquido do período	156.434	10.596	167.030	159.116	10.596	169.712
Atribuição aos:						
Acionistas controladores	156.434	10.596	167.030	156.434	10.596	167.030
Acionistas não controladores	-	-	-	2.682	-	2.682

Demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de março de 2014, reapresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/03/2014	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/03/2014
Lucro líquido do período	156.434	10.596	167.030	156.434	10.596	167.030
Ajustes para conciliar o resultado						
Resultado de equivalência patrimonial	(197.625)	(10.596)	(208.221)	(5.244)	(10.596)	(15.840)
Outros ajustes de conciliação de resultado	29.706	-	29.706	(1.909)	-	(1.909)
Variações nos ativos e passivos	460	-	460	22.840	-	22.840
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(11.025)	-	(11.025)	172.121	-	172.121
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(177.679)	-	(177.679)	(155.884)	-	(155.884)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	191.332	-	191.332	213.207	-	213.207
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.628	-	2.628	229.444	-	229.444
Caixa e equivalentes de caixa						
No início do período	36.108	-	36.108	50.668	-	50.668
No fim do período	38.736	-	38.736	280.112	-	280.112
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.628	-	2.628	229.444	-	229.444

Notas Explicativas

Demonstrações dos valores adicionados do período findo em 31 de março de 2014, reapresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/03/2014	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado 31/03/2014
Receitas	20.155	-	20.155	268.964	-	268.964
Insumos adquiridos de terceiros	(2.901)	-	(2.901)	(90.346)	-	(90.346)
Valor adicionado bruto	17.254	-	17.254	178.618	-	178.618
Retenções	(820)	-	(820)	(49.864)	-	(49.864)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	16.434	-	16.434	128.754	-	128.754
Valor adicionado líquido recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	197.625	10.596	208.221	5.244	10.596	15.840
Receitas financeiras	2.519	-	2.519	3.131	-	3.131
Valor adicionado total a distribuir	216.578	10.596	227.174	137.129	10.596	147.725
Distribuição do valor adicionado	216.578	10.596	227.174	137.129	10.596	147.725
Pessoal e encargos	4.983	-	4.983	21.940	-	21.940
Impostos, taxas e contribuições	643	-	643	51.815	-	51.815
Remuneração do capital de terceiros	41.073	-	41.073	60.388	-	60.388
Remuneração do poder concedente	-	-	-	-	-	-
Lucros de operações descontinuadas	-	-	-	(156.037)	-	(156.037)
Lucros retidos do período	169.879	10.596	180.475	159.023	10.596	169.619
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Disponibilidades	14.387	92.144	41.693	157.548
Aplicações financeiras	-	-	127.771	30.661
	14.387	92.144	169.464	188.209

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Aplicações financeiras vinculadas

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 18. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

A controlada Transbrasileira mantém aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES.

Notas Explicativas

A controlada TNE mantém aplicação financeira vinculada ao Contrato de Cessão de Crédito firmado junto ao BTG Pactual, sendo liberada na medida em que a controlada entregar energia elétrica à CPFL, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica.

Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/15	31/12/14
Transbrasiliana	6.372	-
TNE	10.117	-
Econorte	68	68
	16.557	68
Parcela do circulante	16.489	-
Parcela do não circulante	68	68

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/15	31/12/14
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	58.326	50.798
Serviços de energia	25.194	4.763
Outras contas a receber	6.384	13.939
	89.904	69.500
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.190)	(6.190)
	83.714	63.310
Ativo circulante	76.712	56.308
Ativo não circulante	7.002	7.002

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	31/03/15	31/12/14
A vencer	83.714	63.310
Vencidos há mais de 90 dias	6.190	6.190
	89.904	69.500

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/03/15	31/12/14
Saldo no início do período	(6.190)	(1.752)
Adições	-	(4.438)
Baixas	-	-
Saldo no final do período	(6.190)	(6.190)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. Não ocorreram mudanças no critério de constituição da provisão no período.

Notas Explicativas

7. Contas a receber – Ativo Financeiro

	Consolidado	
	31/03/15	31/12/14
Concepa	156.439	99.266
Concer	392.015	259.867
	548.454	359.133

Referem-se aos ativos financeiros das concessões rodoviárias Concepa e Concer, oriundos de aditivos dos contratos de concessão.

A Concer assinou, em abril de 2014, o 12º Termo Aditivo que prevê aportes de capital como forma de reequilíbrio do Contrato de Concessão pela realização das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis e nova praça de pedágio, não contidas no Plano de Exploração da Rodovia (PER).

A Concepa, em 16 de abril de 2014, recebeu a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sua agência reguladora, para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra prevê alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	6.646	6.554	11.035	10.552
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	1.573	215
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	6.031	5.713	13.908	11.802
Programa de Integração Social – PIS	-	-	1.720	1.655
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	7.919	7.611
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	1	-	4.055	3.720
Outros	-	-	420	408
	12.678	12.267	40.630	35.963
Parcela do circulante	12.678	12.267	37.656	32.973
Parcela do não circulante	-	-	2.974	2.990

9. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
<u>Prejuízo Fiscal e base negativa:</u>		
Imposto de renda diferido	91.372	90.884
Contribuição social diferida	32.834	32.658
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Imposto de renda diferido	7.596	7.859
Contribuição social diferida	2.734	2.830
	134.536	134.231

Notas Explicativas

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização dos ágios advindos de incorporações nas controladas Concepa e Econorte, e provisões para contingências.

As controladas Maestra, NTL e Vessel possuem saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indicada pelas projeções de resultado tributável é:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2015	18.738
2016	4.045
2017	1.649
2018	2.453
A partir de 2019	107.651
	134.536

Notas Explicativas**10. Participações a comercializar e operações descontinuadas**Ativo mantido para venda

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 31 de março de 2015, os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda, sendo os investimentos, Rio Verde no montante de R\$155.611 (R\$234.451 em 31 de dezembro de 2014), e Rio Canoas no montante de R\$446.851 (R\$426.414 em 31 de dezembro de 2014), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica "Participações a comercializar" nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos das controladas Rio Verde e Rio Canoas foram segregados entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" e o resultado reclassificado para o resultado de "Operações Descontinuadas" para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

	Participação (%)	Participações a comercializar	
		31/03/15	31/12/14
Capital Social	100	50.000	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	100	78.325	79.201
Reserva de lucros	100	27.286	25.250
Total Rio Verde		155.611	234.451
Capital Social	100	301.707	301.707
Reserva de Lucros	100	137.148	116.711
Reserva Legal	100	7.996	7.996
Total Rio Canoas		446.851	426.414
Total		602.462	660.865

Em assembleia geral extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2015, foi aprovada a redução de capital da controla Rio Verde no valor de R\$80.000, mediante a redução de 43.412.108 ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal. Esta deliberação foi anuída pela Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A equivalência patrimonial calculada neste período para os investimentos destinados a venda na Rio Verde foi de R\$1.160 e na Rio Canoas foi de R\$20.437.

Notas Explicativas

Balancos Patrimoniais de operações destinadas a venda	31/03/2015			31/12/2014
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7.253	11.843	19.096	8.515
Aplicações financeiras vinculadas	10.737	11.954	22.691	12.871
Contas a receber	10.867	8.119	18.986	11.198
Impostos a recuperar	1.135	3.309	4.444	3.284
Contas a receber partes relacionadas	4.655	25.141	29.796	12.036
Despesas antecipadas	817	420	1.237	1.507
Outros créditos	1	530	531	12
	35.465	61.316	96.781	49.423
Ativo não circulante				
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	3.491
Impostos a recuperar	-	-	-	-
Créditos tributários diferidos	3.456	-	3.456	-
Outros créditos	580	-	580	566
Imobilizado	519.953	1.087.342	1.607.295	1.621.407
Intangível	95	758	853	909
	524.084	1.088.100	1.612.184	1.626.373
Total do ativo	559.549	1.149.416	1.708.965	1.675.796
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores	5.265	13.586	18.851	8.408
Empréstimos e financiamentos	18.957	17.574	36.531	31.822
Debêntures	-	26.037	26.037	24.611
Obrigações Contrato de Concessão	3.531	5.206	8.737	5.703
Salários e encargos sociais	759	1.198	1.957	1.282
Obrigações fiscais	5.870	13.603	19.473	5.994
Contas a pagar partes relacionadas	1.716	48.213	49.929	82.615
Dividendos a pagar	8.132	35.209	43.341	43.341
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	-	64	64	85
Outras obrigações	7.130	1.874	9.004	10.984
	51.360	162.564	213.924	214.845
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	232.140	402.962	635.102	637.394
Debêntures	-	81.053	81.053	76.473
Provisão para contingência	89	8.484	8.573	8.465
Imposto de renda e contribuição social	40.349	-	40.349	40.800
Contas a pagar – partes relacionadas	80.000	45.302	125.302	34.754
Outras obrigações	-	2.200	2.200	2.200
	352.578	540.001	892.579	800.086
Patrimônio líquido				
Capital social	50.000	301.707	351.707	431.707
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	78.325	-	78.325	79.201
Reserva legal	-	7.996	7.996	7.996
Reserva de lucros	27.286	137.148	164.434	141.961
Lucros e prejuízos acumulados	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	155.611	446.851	602.462	660.865
Total do passivo e patrimônio líquido	559.549	1.149.416	1.708.965	1.675.796

Notas Explicativas

Demonstrações do resultado de operações destinadas a venda	31/03/2015		31/12/2014	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Receita operacional líquida	28.434	81.444	109.878	410.688
Custos operacionais				
Operação de energia	(11.063)	(21.446)	(32.509)	(100.391)
Custo com pessoal	(24)	(259)	(283)	(1.753)
Depreciação	(4.039)	(8.762)	(12.801)	(40.570)
Depreciação mais valia do imobilizado	(1.703)	-	(1.703)	(6.811)
Amortização do intangível (custo)	-	(48)	(48)	(200)
Obrigações da Concessão	(3.331)	(4.207)	(7.538)	(25.790)
Total dos custos operacionais	(20.160)	(34.722)	(54.882)	(175.515)
Lucro operacional bruto	8.274	46.722	54.996	235.173
Despesas operacionais, líquidas				
Salários e encargos sociais	(352)	(421)	(773)	(1.998)
Administradores	(246)	(449)	(695)	(2.415)
Administrativas	(1.387)	(918)	(2.305)	(14.113)
Depreciação do imobilizado	(28)	(22)	(50)	(216)
Amortização do intangível	(4)	(4)	(8)	(33)
Outras receitas e despesas	(72)	(127)	(199)	(777)
Total das despesas operacionais, líquidas	(2.089)	(1.941)	(4.030)	(19.552)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	6.185	44.781	50.966	215.621
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	284	224	508	1.909
Despesas financeiras	(4.664)	(13.982)	(18.646)	(66.097)
Varição cambial	-	-	-	-
Total do resultado financeiro	(4.380)	(13.758)	(18.138)	(64.188)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	1.805	31.023	32.828	151.433
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.061)	(10.586)	(11.647)	(12.729)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	416	-	416	1.662
Lucro líquido do período	1.160	20.437	21.597	140.366

Notas Explicativas

Fluxos de Caixa de operações destinadas a venda	31/03/2015			31/12/2014
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período	1.160	20.437	21.597	140.366
Ajustes por itens que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	5.774	8.836	14.610	47.830
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.616	13.883	18.499	65.247
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(416)	-	(416)	(1.662)
Baixa de bens do imobilizado	-	-	-	54
Varição nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(3)	(7.785)	(7.788)	5.625
Contas a pagar	-	-	-	(253)
Contas a receber de partes relacionadas	10	(18.893)	(18.883)	23.345
Impostos a recuperar	1.724	-	1.724	5.659
Despesas antecipadas e outros valores a receber	-	(2.663)	(2.663)	1.192
Outras variações no ativo	812	(10.597)	(9.785)	4.013
Fornecedores	(2.542)	12.157	9.615	6.062
Obrigações sociais	255	420	675	1.805
Obrigações fiscais	(462)	12.653	12.191	(3.063)
Contas a pagar de partes relacionadas	-	(5.292)	(5.292)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.288	-	1.288	(4.691)
Outras obrigações	1.065	-	1.065	(1.642)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>13.281</u>	<u>23.156</u>	<u>36.437</u>	<u>289.887</u>
Atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(117)	(339)	(456)	(16.294)
Aquisição de bens do intangível	-	-	-	(1.257)
Aplicação financeira	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(117)</u>	<u>(339)</u>	<u>(456)</u>	<u>(17.551)</u>
Atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(100.000)
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	915
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(10.072)	-	(10.072)	(74.815)
Recebimento de venda antecipada de energia	-	(15.328)	(15.328)	(80.093)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	(10.561)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	<u>(10.072)</u>	<u>(15.328)</u>	<u>(25.400)</u>	<u>(264.554)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	3.092	7.489	10.581	7.782
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.161	4.354	8.515	733
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7.253	11.843	19.096	8.515

Notas Explicativas

<u>Demonstrações dos valores adicionados de operações destinadas a venda</u>	31/03/2015			31/12/2014
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Receitas	31.646	89.864	121.510	438.954
Receitas relativas à venda de energia	31.646	89.864	121.510	438.930
Receitas relativas a construção de ativos próprios	-	-	-	24
Insumos adquiridos de terceiros	(16.136)	(26.698)	(42.834)	(145.563)
Custos dos serviços vendidos	(10.717)	(23.241)	(33.958)	(130.787)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.211)	(3.100)	(8.311)	(14.772)
Outros	(208)	(357)	(565)	(4)
Valor adicionado bruto	15.510	63.166	78.676	293.391
Depreciação e amortização	(5.774)	(8.836)	(14.610)	(47.830)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	9.736	54.330	64.066	245.561
Valor adicionado recebido em transferência	284	224	508	1.909
Receitas financeiras	284	224	508	1.909
Valor adicionado total a distribuir	10.020	54.554	64.574	247.470
Distribuição do valor adicionado	10.020	54.554	64.574	247.470
Pessoal	513	986	1.499	5.436
Remuneração direta	446	895	1.341	3.407
Benefícios	51	58	109	1.832
F.G.T.S.	16	33	49	197
Impostos, taxas e contribuições	3.683	19.149	22.832	35.657
Federais	3.683	19.149	22.832	35.632
Estaduais	-	-	-	16
Municipais	-	-	-	9
Remuneração de capitais de terceiros	4.664	13.982	18.646	66.011
Juros relativos à capitais de terceiros	4.547	13.818	18.365	65.950
Aluguéis	117	164	281	61
Lucros retidos do período	1.160	20.437	21.597	140.366
Juros sobre capital próprio	-	-	-	7.628
Dividendos	-	-	-	33.337
Lucro (prejuízo) do período	1.160	20.437	21.597	99.401

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação das controladas Rio Verde e Rio Canoas como "Participações a Comercializar", o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

11. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Tibagi, Rio Guaíba e Rio Bonito para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$16.400, R\$16.763 e de R\$13.146, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	31/03/2015			31/12/2014		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Concer	238	-	-	43.451	-	-
Rio Verde	8.132	-	-	8.400	-	-
Concepa	864	-	-	315	-	-
Econorte	-	-	-	4.636	-	-
Rio Canoas	35.210	-	-	35.210	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	21.741	(837)	-	23.791	(3.733)
Portonave (v)	-	416	(11)	-	405	(1.191)
Vessel (vii)	-	25.935	(289)	-	-	-
THP (viii)	-	36.563	(1.326)	-	-	-
Rio Parnaíba (ix)	-	40.629	(580)	-	-	-
Outros:						
Concepa	39	-	116	37	-	447
Rio Guaíba	-	31.000	-	-	31.000	-
Concer	-	74.162	-	-	-	-
Outros	144	869	-	-	100	-
Total do circulante	44.627	231.315	(2.927)	92.049	55.296	(4.477)
Mútuos financeiros:						
Maestra (ii)	-	-	-	-	-	1.032
Vetorial (iii)	312	-	9	303	-	32
Aeroportos Brasil (iv)	528	-	274	13.418	-	2.312
Vetria Mineração (vi)	7.164	-	60	1.470	-	-
Act	-	-	-	-	-	12
BR Vias Holding (x)	9.458	-	263	-	-	-
Transbrasiliana (xi)	5.062	-	44	-	-	-
Redução de capital:						
Rio Verde	80.000	-	-	-	-	-
Outros:						
Maestra	72	-	99	-	-	-
Econorte	174	-	369	701	-	3.013
Rio Tibagi	1.185	-	125	1.059	-	1.054
Rio Guaíba	932	-	104	826	-	818
Concepa	2.559	-	942	2.471	-	5.619
Concer	962	-	-	-	-	-
Concebra	2.085	-	1.195	-	-	-
Rio Verde	669	-	298	370	-	2.109
Rio Canoas	587	-	570	3.994	-	3.947
Rio Claro	15	-	28	-	-	-
Transbrasiliana	1.485	-	202	-	-	-
TPI Log	9.559	-	-	9.559	-	-
Outros	577	-	-	3.121	-	-
Total do não circulante	123.385	-	4.582	37.292	-	19.948
Total	168.012	231.315	1.655	129.341	55.296	15.471

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,375% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (v) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Vetria, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Vessel, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a THP, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

Notas Explicativas

- (ix) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Parnaíba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (x) Mútuo referente a captações da Triunfo com a BRVias Holding, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xi) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Transbrasiliana, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

Os principais contratos firmados entre as Concessionárias de Rodovias e as empresas de serviços são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

	Consolidado					
	31/03/2015			31/12/2014		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Prestação de serviço:						
Compasa (Concer) (i)	-	1.330	-	-	4.333	-
CTSA (Econorte) (i)	-	-	-	-	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	5.563	-	-	5.856	-
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	20.370	-	-	-	-
Outros:						
Outros	-	1.174	-	-	161	-
Mútuos financeiros:						
TPI (vi)	-	416	(11)	-	405	(1.191)
THP (vii)	-	36.563	(1.326)	-	-	-
Total do circulante	-	65.416	(1.337)	-	10.755	(1.191)
Prestação de serviço:						
CTSA (Econorte) (i)	-	-	-	11	-	-
Mútuos financeiros:						
Vetorial (ii)	312	-	9	303	-	32
Aerportos Brasil (v)	58	-	274	13.941	-	2.312
ACT	-	-	-	-	-	10
Vetria (viii)	7.164	-	60	-	-	-
Antecipação de dividendos:						
Concer	44.497	-	-	-	-	-
Outros:						
Vetria (iii)	20.297	-	-	24.079	-	-
Outros	5.570	-	-	1.984	-	-
Total do não circulante	77.898	-	650	40.318	-	2.354
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (iv)	-	-	2.144	-	-	73.725
Compasa (Concer) (iv)	-	-	4.886	-	-	-
Consórcio NSS (Concer) (iv)	-	-	127.997	-	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (iv)	-	-	10.700	-	-	28.228
CTSA (Concebra) (iv)	-	-	390.982	-	-	-
Total de imobilizado/intangível	-	-	536.709	-	-	101.953
Total	77.898	65.416	535.715	40.318	10.755	103.116

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. (“CTSA”), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.

Notas Explicativas

- (iii) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia por meio de sua controlada TPI Log, para a controlada em conjunto Vetría.
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Mútuo referente a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (vi) Mútuo referente a captação da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a THP, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Vetría, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais um spread de 2,0%, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

12. Despesas de exercícios seguintes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Gastos com apólices de seguros (i)	55	105	16.109	9.855
Outros gastos	106	3	932	333
	161	108	17.041	10.188
Parcela do circulante	161	108	13.381	6.317
Parcela do não circulante	-	-	3.660	3.871

- (i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

Notas Explicativas

13. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora				Investimentos permanentes em 31/03/15	Investimentos permanentes em 31/12/14
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras		
Econorte	95.659	100,0%	95.659	-	95.659	96.748
Rio Tibagi	11.706	100,0%	11.706	-	11.706	17.960
Concepa	121.923	100,0%	121.923	-	121.923	117.240
Rio Guaíba	11.084	100,0%	11.084	-	11.084	565
Concer	424.872	62,5%	265.544	-	265.544	196.515
Rio Bonito	1.060	62,5%	662	-	662	1.281
Concebra	389.997	100,0%	389.997	-	389.997	269.981
Convale	14.946	100,0%	14.946	(14.586)	360	360
TPI-Log	146.858	100,0%	146.858	-	146.858	144.330
Portonave (*)	764.724	33,33%	254.883	20.231	275.114	271.223
Trevally	1	100,0%	1	-	1	1
Portonaus	14.737	100,0%	14.737	-	14.737	14.737
TNE	42.408	100,0%	42.408	-	42.408	36.862
Rio Claro	8.739	100,0%	8.739	-	8.739	8.432
FIP – Constantinopla	8.453	100,0%	8.453	-	8.453	2.900
Aerportos Brasil (*)	595.875	45,0%	268.114	39.035	307.179	252.013
Dable	32.487	100,0%	32.487	-	32.487	1
NTL	60.270	100,0%	60.270	-	60.270	70.893
ATTT (*)	131	64,0%	84	49	133	133
Santa Cruz	20.791	100,0%	20.791	-	20.791	20.758
Terlip	27.619	50,0%	13.810	33	13.843	13.841
ACT	344	50,0%	172	399	571	186
Taboca	4.214	100,0%	4.214	-	4.214	4.214
Anndis	1	100,0%	1	-	1	1
Tucano	8.892	100,0%	8.892	-	8.892	8.888
Retirinho	2.674	100,0%	2.674	-	2.674	2.674
Guariroba	2.865	100,0%	2.865	-	2.865	2.865
Estrela	2.707	100,0%	2.707	-	2.707	2.707
Venus	1	100,0%	1	-	1	1
Mercurio	1	100,0%	1	-	1	1
Minerva	1	100,0%	1	-	1	1
Netuno	1	100,0%	1	-	1	1
Total Investimentos	2.816.041		1.804.685	45.161	1.849.876	1.558.313
Rio Parnaíba	(2.356)	100,0%	(2.356)	-	(2.356)	(1.831)
Rio Paraíba	(401)	100,0%	(401)	-	(401)	(401)
Rio Parnaíba	-	100,0%	-	-	-	-
Ecovale (*)	-	52,5%	-	(48)	(48)	(48)
Vessel	(55.622)	100,0%	(55.622)	-	(55.622)	(43.134)
Maestra	(161.685)	100,0%	(161.685)	-	(161.685)	(170.537)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(220.064)		(220.064)	(48)	(220.112)	(215.951)
Total Investimentos Líquido	2.595.977		1.584.621	45.113	1.629.764	1.342.362

(*) As controladas apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

Notas Explicativas

Investimento	Consolidado – 31/03/2015	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Aeroportos Brasil (*)	307.179	1.716
Portonave (**)	397.517	5.838
Vetria	-	896
Tijóá	6.576	232
CSE	1.930	(27)
Terlip	13.843	(2)
ACT	571	(746)
Total Investimentos em controladas	727.616	7.907
Ecovale (*)	(48)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(48)	-
Total Investimentos Líquido	727.568	7.700

(*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

(**) A partir de dezembro de 2012, o investimento na Portonave no montante de R\$397.517, passou a ser reconhecidos como MEP e não mais consolidado conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/14	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Transferência (i)	Investimentos permanentes em 31/03/15	Resultado de equivalência patrimonial 31/03/14
Econorte	96.748	-	1.451	(2.540)	-	95.659	6.135
Rio Tibagi	17.960	-	6.053	(12.307)	-	11.706	3.778
Concepa	117.240	-	25.979	(21.296)	-	121.923	10.723
Rio Guaíba	565	-	10.519	-	-	11.084	10.519
Concer	196.515	-	69.029	-	-	265.544	878
Rio Bonito	1.281	-	3.913	(4.532)	-	662	3.594
Concebra	269.981	118.999	1.017	-	-	389.997	940
Rio Parnaíba	(1.831)	-	(525)	-	-	(2.356)	(97)
Convale	360	-	-	-	-	360	(1)
Rio Paraíba	(401)	-	-	-	-	(401)	-
Ecovale	(48)	-	-	-	-	(48)	-
TPI-Log	144.330	87	2.441	-	-	146.858	3.483
Portonave	271.223	-	3.891	-	-	275.114	9.003
Trevally	1	-	-	-	-	1	(1)
Portonaus	14.737	-	-	-	-	14.737	(360)
TNE	36.862	6.032	(486)	-	-	42.408	(112)
Rio Canoas	-	-	20.437	-	(20.437)	-	165.419
Rio Verde	-	-	1.160	-	(1.160)	-	15.499
Rio Claro	8.432	-	307	-	-	8.739	278
FIP – Constantinopla	2.900	5.674	(121)	-	-	8.453	-
Aeroportos Brasil	252.013	53.450	1.716	-	-	307.179	3.348
Vessel	(43.134)	(2.348)	(10.140)	-	-	(55.622)	(4.127)
Maestra	(170.537)	3.948	4.904	-	-	(161.685)	(16.480)
NTL	70.893	(3.183)	(7.440)	-	-	60.270	(4.273)
ATTT	133	-	-	-	-	133	-
Juno	-	2	(2)	-	-	-	-
Santa Cruz	20.758	33	-	-	-	20.791	-
Terlip	13.841	4	(2)	-	-	13.843	(2)
ACT	186	1.131	(746)	-	-	571	-
Taboca	4.214	-	-	-	-	4.214	-
Anddis	1	-	-	-	-	1	-
Dable	1	22.381	10.105	-	-	32.487	-
Tucano	8.888	5	(1)	-	-	8.892	(1)
Retirinho	2.674	1	(1)	-	-	2.674	(1)
Guariroba	2.865	59	(59)	-	-	2.865	(1)
Estrela	2.707	1	(1)	-	-	2.707	-
Venus	1	-	-	-	-	1	-
Mercurio	1	-	-	-	-	1	-
Minerva	1	-	-	-	-	1	-
Netuno	1	-	-	-	-	1	-
Moss	-	-	-	-	-	-	81
Jupiter	-	-	-	-	-	-	(1)
Total	1.342.362	206.276	143.398	(40.675)	(21.597)	1.629.764	208.221

Notas Explicativas**c) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 31 de março de 2015**

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>	<u>TPB</u>
Caixa e equivalente de caixa	48.231	653	641	619	-
Demais contas ativo circulante	52.548	5.860	1.979	100.375	-
Ativo não circulante	1.616.027	10.267	49.526	190.523	70.852
Total do ativo	1.716.806	16.780	52.146	291.517	70.852
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	-	-	107.047	-
Debêntures – circulante	45.976	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	84.302	2.370	4.005	100.798	-
Empréstimos e financiamentos – não circulante	-	-	-	-	-
Debêntures – não circulante	472.641	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	349.163	17.912	33	-	-
Patrimônio líquido	764.724	(3.502)	48.108	83.672	70.852
Total do passivo e PL	1.716.806	16.780	52.146	291.517	70.852
Receita operacional líquida	89.401	5.423	9.597	-	-
Custo dos serviços prestados	(23.147)	(4.416)	(2.784)	-	-
Depreciação	(25.299)	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-
Lucro bruto	40.955	1.007	6.813	-	-
Despesas operacionais líquidas	(8.374)	(354)	(1.271)	(3.981)	-
Depreciação	(1.991)	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	4.549	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(445)	66	33	11.940	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	34.694	719	5.575	7.959	-
Receitas financeiras	1.150	28	-	570	-
Despesas financeiras	(20.793)	(7)	(8)	(2.855)	-
Varição cambial, líquida	261	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(19.382)	21	(8)	(2.285)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	15.312	740	5.567	5.674	-
IR/CSLL					
Correntes	(8.061)	(172)	(1.508)	-	-
Diferidos	4.423	(78)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	11.674	490	4.059	5.674	-

Notas Explicativas

	<u>Terlip</u>	<u>ACT</u>	<u>Aeroportos Brasil</u>	<u>Aeroportos Brasil - Viracopos</u>	<u>Tijóá</u>	<u>CSE</u>
Caixa e equivalente de caixa	684	194	286	70.751	15.619	3.261
Demais contas ativo circulante	26.602	3.225	377	139.509	10.842	1.331
Ativo não circulante	869	200	733.185	6.226.463	346	157
Total do ativo	28.155	3.619	733.848	6.436.723	26.807	4.749
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	-	335	374.039	-	-
Debêntures – circulante	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	536	3.275	1.154	296.964	13.680	896
Empréstimos e financiamentos – não circulante	-	-	136.404	1.384.954	-	-
Debêntures – não circulante	-	-	-	363.658	-	-
Demais contas - passivo não circulante	-	-	80	2.579.506	-	-
Patrimônio líquido	27.619	344	595.875	1.437.602	13.127	3.853
Total do passivo e PL	28.155	3.619	733.848	6.436.723	26.807	4.749
Receita operacional líquida	-	-	-	194.738	22.868	1.069
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(141.960)	(21.024)	(724)
Depreciação	-	-	-	(180)	(1)	-
Amortização	-	-	-	(20.951)	(5)	-
Lucro bruto	-	-	-	31.647	1.838	345
Despesas operacionais líquidas	(4)	(1.481)	(151)	(13.053)	(1.217)	(458)
Depreciação	-	(11)	-	(80)	-	(2)
Amortização	-	-	-	(52)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	2.401	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(4)	(1.492)	2.250	18.462	621	(115)
Receitas financeiras	-	1	5.631	2.151	210	63
Despesas financeiras	-	-	(3.348)	(13.481)	(39)	(2)
Varição cambial, líquida	(1)	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(1)	1	2.283	(11.330)	171	61
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(5)	(1.491)	4.533	7.132	792	(54)
IR/CSLL	-	-	(719)	-	(328)	-
Correntes	-	-	-	(2.425)	-	-
Diferidos	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(5)	(1.491)	3.814	4.707	464	(54)

A Companhia não possui quaisquer compromissos de aporte de capital em relação às suas participações nos empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

Notas Explicativas

14. Imobilizado

Custo	Consolidado								
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Imobilizado em Andamento (i)	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2014	35.838	11.019	5.309	1.169	2.737	10.770	20.395	199	87.436
Construções / Aquisições	-	23	132	149	254	25	1.240	143	1.966
Baixas	-	-	(10)	(2)	-	-	(191)	-	(203)
Adições - novos investimentos (ii)	-	-	544	540	1.711	-	-	61	2.856
Transferências	770	(767)	19	1	(19)	-	-	(2)	2
Saldo em 31/03/2015	36.608	10.275	5.994	1.857	4.683	10.795	21.444	401	92.057
Depreciação									
Saldo em 31/12/2014	-	(2.801)	(2.491)	(753)	(1.847)	(1)	(5.671)	(80)	(13.644)
Depreciação	-	(94)	(185)	(57)	(119)	-	(566)	(6)	(1.027)
Baixas	-	-	1	2	-	-	143	-	146
Adições - novos investimentos(ii)	-	-	(333)	(188)	(1.503)	-	-	(43)	(2.067)
Transferências	-	-	(16)	(2)	18	-	(2)	(2)	(4)
Saldo em 31/03/2015	-	(2.895)	(3.024)	(998)	(3.451)	(1)	(6.096)	(131)	(16.596)
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2014	35.838	8.218	2.818	416	890	10.769	14.724	119	73.792
Saldo em 31/03/2015	36.608	7.380	2.970	859	1.232	10.794	15.348	270	75.461
Taxas de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	-	20%	10%	

(i) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.

(ii) Referente adição de saldos iniciais do investimento Transbrasiliana adquirido em 05 de janeiro de 2015.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

Notas Explicativas

15. Intangível

Custo	Controladora								
	Ágio na aquisição						Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares	Total Controladora
	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (iii)	Portonave (ii)	FIP Constantinopla			
Saldo em 31/12/2014	41.476	114	267	4.028	78.448	6.452	44.698	919	176.402
Adições	-	-	-	-	-	-	2.552	5	2.557
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	(4.096)	-	(4.096)
Saldo em 31/03/2015	41.476	114	267	4.028	78.448	6.452	43.154	924	174.863
Amortização									
Saldo em 31/12/2014	(25.282)	-	(172)	-	-	-	(295)	(524)	(26.273)
Amortização	(588)	-	(10)	-	-	-	(52)	(30)	(680)
Saldo em 31/03/2015	(25.870)	-	(182)	-	-	-	(347)	(554)	(26.953)
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2014	16.194	114	95	4.028	78.448	6.452	44.403	395	150.129
Saldo em 31/03/2015	15.606	114	85	4.028	78.448	6.452	42.807	370	147.910
Taxa de amortização	0,63%	-	0,95%	-	-	-	-	20%	-

Custo	Consolidado			
	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	Outros Intangíveis (vi)	Total
	Saldo em 31/12/2014	176.402	3.319.745	25.816
Adições	2.557	219.922	55	222.534
Baixas	-	(286)	-	(286)
Adições - novos investimentos (vii)	-	477.253	-	477.253
Transferência	(4.096)	11.758	-	7.662
Saldo em 31/03/2015	174.863	4.028.392	25.871	4.229.126
Amortização				
Saldo em 31/12/2014	(26.273)	(1.296.471)	(680)	(1.323.424)
Amortização	(680)	(45.405)	(40)	(46.125)
Amortização – mais valia	-	(13.463)	-	(13.463)
Baixas	-	-	-	-
Adições - novos investimentos (vii)	-	(43.442)	-	(43.442)
Transferência	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2015	(26.953)	(1.398.781)	(720)	(1.426.454)
Valor residual líquido				
Saldo em 31/12/2014	150.129	2.023.274	25.136	2.198.539
Saldo em 31/03/2015	147.910	2.629.611	25.151	2.802.672
Taxa de amortização	-	4 a 5% (*)	-	-

(*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (R\$20.207 valor proporcional à participação da Companhia) foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.

Notas Explicativas

- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com a controlada Moss, que são parte do custo de desenvolvimento de novos ativos a serem amortizados quando estes entrarem em operação.
- (vii) Referente adição de saldos iniciais do investimento Transbrasiliana adquirido em 05 de janeiro de 2015.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2015 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

16. Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concer e Concebra registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	Consolidado	
	31/03/15	31/12/14
Econorte	26.186	26.539
Concer	598	598
Concebra	77.160	61.994
Transbrasiliana	4.453	-
	108.397	89.131
Parcela do circulante	8.932	9.786
Parcela do não circulante	99.465	79.345

Notas Explicativas

17. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			31/03/15	31/12/14
Triunfo (controladora):				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	12.660	13.777
Conta garantida – Santander	Não há	126,5% do CDI	44.950	50.000
Conta garantida – Banco do Brasil	Não há	CDI + 2,3798% a.a.	30.000	30.000
Conta garantida – Banco Safra	Não há	CDI + 3,307184% a.a.	5.000	10.000
Cédula de crédito bancário – Bic Banco	Não há	CDI + 3,66% a.a.	50.000	-
Concer:				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Fiança da Companhia (Triunfo)	8,0% a.a.	4.791	5.214
Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara	Nota promissória e alienação fiduciária	16,7652% a.a.	2.414	2.738
Banco BTG	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,00% a.a.	-	50.000
Conta garantida – Banco Santander	Não há	118,0% do CDI	-	50.455
Conta garantida – Banco Itaú	Aval da Companhia (Triunfo)	118,5% do CDI	-	25.000
Conta garantida – Banco do Brasil	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,465% a.a.	-	50.000
FINAME - Banco Mercedes Bens	Alienação fiduciária	TJLP + 6% a.a.	3.764	3.995
Cédula de crédito bancário – Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,0% a.a.	19.000	28.500
FINAME – Banco Guanabara	Notas promissórias	19,56% a.a.	5.058	5.057
FINAME – Banco ABC do Brasil	Notas promissórias	6,0% a.a.	940	1.044
Cédula de crédito bancário – Banco Pine	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 4,032% a.a.	60.000	60.000
Conta garantida – Banco ABC do Brasil	Não há	CDI + 3,4% a.a.	60.335	60.335
Econorte:				
Conta garantida – Santander	Não há	121,0% do CDI	124.600	121.070
Rio Guaíba:				
Financiamento de imobilizado – Banco Volkswagen	Aval da Companhia (Triunfo)	13% a.a.	15	21
Rio Tibagi:				
Conta garantida – Banco do Brasil	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,416% a.a.	-	900
Rio Parnaíba:				
Arrendamento Mercantil – Banco Safra	Alienação fiduciária	14,98% a.a.	1.140	1.330
FINAME – BNDES	Alienação fiduciária	6,0% a.a.	8.148	8.647
Concebra:				
Empréstimo BNDES	Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP + 2% a.a.	411.051	304.302
Nota de Crédito Comercial - Banco do Brasil	Não há	125% do CDI	61.107	-
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	147	99
FINAME – Banco Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 7% a.a.	34	73
FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária	TJLP + de 5,5% a 6,4% a.a.	307	352
CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,7% a.a.	110	-
CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia (Triunfo)	14,44% a.a.	68	76
Maestra:				
Conta garantida – Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	126,5% do CDI	45.027	45.053
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Não há	IPCA + 6,05% a.a.	1.916	3.793
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,66% a.a.	41.416	40.117
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,66% a.a.	15.998	16.398
Cédula de crédito bancário – Banco Original	Aval da Companhia (Triunfo) e da Rio Guaíba	133% do CDI	16.861	20.011
Cédula de crédito bancário – Banco Indusval	Aval da Companhia (Triunfo), da Vessel e da NTL	IPCA + 6,0% a.a.	2.164	4.317
NTL:				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Alienação fiduciária, Carta fiança e Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP +4,16% a.a.	14.527	14.845
Cédula de crédito bancário - Banco Safra	Remessas físicas ou eletrônicas de duplicatas, cheques, ou notas promissórias.	CDI + 4,16% a.a.	4	-
Transbrasiliana:				
Finem – BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão / Penhor das ações	TJLP + 2,91% a.a.	178.881	-
Finame – BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão	TJLP + de 1,90% a 4,50% a.a.	1.614	-
Finame – BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão	TJLP + 2,5% a.a.	77	-
Nota de crédito - Banco ABC	Não há	CDI + 4% a.a.	27.731	-
			1.251.855	1.027.519
Parcela do circulante			1.062.377	697.684
Parcela do não circulante			189.478	329.835

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 31 de março de 2015, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2015 está assim distribuído:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	3.339	20.319
2017	4.451	25.637
2018	371	20.705
Após 2018	-	122.817
	8.161	189.478

18. Debêntures

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/15</u>	<u>31/12/14</u>
Triunfo (controladora)	792.348	748.493
Concepa	285.236	310.221
Econorte	80.382	77.543
Concer	203.649	196.735
Vessel	114.637	121.228
BRVias Holding TBR	60.101	-
Transbrasiliana	68.442	-
	1.604.795	1.454.220
Parcela do circulante	292.841	214.701
Parcela do não circulante	1.311.954	1.239.519

a) Triunfo

3ª Emissão

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$236.634 e R\$211.308, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 9,11%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização cujo início ocorreu em 15 de junho de 2012.

Notas Explicativas

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$3.357 e R\$3.539 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

4ª Emissão

Em 23 de outubro de 2012, foram emitidas 47.250 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia real adicional em até duas séries, com valor nominal total de R\$472.500.

As debêntures da primeira série serão amortizadas em três parcelas anuais iguais e consecutivas a partir de 15 de outubro de 2015 e as debêntures da segunda série serão amortizadas em duas parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2016. Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são R\$555.714 e R\$494.869 respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures da 1ª série não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,20% ao ano.

As debêntures da 2ª série são atualizadas monetariamente, a partir da data de emissão pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios de 8,5% que serão pagos anualmente a partir da emissão.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$12.063 e R\$14.294 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

b) Concepa

5ª Emissão

Em 10 de fevereiro de 2012, foram emitidas 16.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$160.000, amortizáveis em oito parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$76.430 e R\$101.977, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, e são remuneradas semestralmente, a partir da data da emissão, sendo o primeiro pagamento efetuado em 1º de setembro de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.380 e R\$1.624 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 respectivamente.

6ª Emissão

Em 24 de novembro de 2014, foram emitidas 210 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$210.000, e prazo de vencimento de dezoito meses a contar da data da

Notas Explicativas

emissão. A amortização será de 2,3% em 24/01/2016, 6,9% em 24/04/2016 e o restante em 24/05/2016. Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$208.806 e R\$208.244, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 2,50% ao ano. A remuneração é paga mensalmente a partir da data de emissão das debêntures, sendo que o primeiro pagamento foi efetuado em 24 de dezembro de 2014 e o último será devido na data de vencimento das debêntures.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representa o montante de R\$1.916 em 31 de março de 2015 e R\$2.327 em 31 de dezembro de 2014.

c) Econorte

2ª Emissão

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R\$ 1.000 cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 meses, vencendo em 10 de maio de 2017. Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$80.382 e R\$77.543, respectivamente.

As debêntures serão pagas em 12 parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debênture desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$680 e R\$763 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, a controlada Econorte constitui uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5.

d) Concer

1ª Emissão

Em 12 de julho de 2013 foram emitidas 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$200.000, amortizadas em três parcelas anuais iguais. O saldo devedor em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$203.649 e R\$196.735, respectivamente.

Notas Explicativas

O valor nominal unitário das debêntures não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$3.914 e R\$4.198 em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

e) Vessel

1ª Emissão

Em 21 de setembro de 2012, foi aprovada a emissão de 145.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries, no valor total de R\$ 145.000. O prazo de vencimento é de 5 anos a contar da data de emissão com um ano de carência. Em 31 de março de 2015 o saldo devedor é de R\$114.638.

As debêntures são atualizadas pela variação do IPCA e farão jus à remuneração com incidência de juros, correspondente a um percentual ao ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a 7,60% a.a. O pagamento da remuneração ocorre trimestralmente desde dezembro de 2012.

Os gastos de emissão das debêntures são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$316 em 31 de março de 2015.

f) Transbrasiliana

1ª Emissão

Em 31 de julho de 2014, a Companhia realizou a primeira emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor total de R\$ 68.000. Foram subscritas a quantidade de 67.057.913 de debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1,00, com vencimento original em 13 de março de 2015. A liquidação das Debêntures está atrelada à liberação de uma nova emissão de Debêntures de Infraestrutura a ser realizada em 2015, estando a operação enquadrada pelo BNDES sendo que a Transbrasiliana já obteve seu enquadramento como prioritário no Ministério dos Transportes, conforme DOU publicado em 23/02/2015.

As Debêntures são atualizadas a 102% do Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias.

O contrato acima descrito possui algumas obrigações, que caso não sejam atendidas em sua totalidade, permite o debenturista declarar o vencimento antecipado do contrato. O contrato não contém cláusulas de covenants financeiros a serem atendidos.

O saldo devedor em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$68.442 e R\$70.347, respectivamente.

Notas Explicativas*1ª Emissão – BRVias Holding TBR*

Em 22 de dezembro de 2010 a BRVias Holding TBR realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série no valor total de R\$ 44.000.

Foram emitidas 44.000 debentures que são atualizadas a partir da data de emissão, com base no IGP-M acrescido da taxa percentual de juros remuneratórios equivalente a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

O saldo devedor em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$60.101 e R\$57.206, respectivamente.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2015, com vencimento até o ano 2018, e está assim distribuída:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	347.859	747.036
2017	274.528	392.923
2018	56.226	171.995
	678.613	1.311.954

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações estão demonstradas a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Triunfo	3ª Emissão	22/06/2011	180.000	(4.950)	175.050	IPCA + 9,11%	IPCA + 9,57%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	80.660	(4.123)	76.537	CDI+2,20%	CDI+3,48%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	391.840	(20.028)	371.812	IPCA+8,5%	IPCA+9,64%
Concepa	5ª Emissão	10/02/2012	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	CDI + 2,85%
Concepa	6ª Emissão	24/11/2014	210.000	(2.327)	207.673	CDI + 2,50%	CDI + 3,24%
Econorte	2ª Emissão	10/05/2011	120.000	(1.800)	118.200	CDI + 2,90%	CDI + 3,30%
Vessel	1ª Emissão	21/09/2012	145.000	(2.432)	142.568	IPCA + 7,60%	IPCA + 8,05%
Concer	1ª Emissão	12/07/2013	200.000	(5.689)	194.311	IPCA + 2,10%	IPCA + 2,73%
BRVias Holding TBR	1ª Emissão	31/12/2021	60.101	-	-	IGPM + 12% a.a.	IGPM + 12% a.a.
Transbrasiliana	7ª Emissão	31/12/2015	68.442	-	-	102% do CDI	102% do CDI
			1.616.043	(45.669)	1.441.831		

A movimentação dos custos de transação segue abaixo:

Emissora	Custos de transação	Saldo amortizado	Saldo a amortizar
Triunfo	(4.950)	939	(4.011)
Triunfo	(4.123)	1.903	(2.220)
Triunfo	(20.028)	9.241	(10.787)
Concepa	(4.320)	2.404	(1.916)
Concepa	(2.327)	947	(1.380)
Econorte	(1.800)	1.119	(681)
Vessel	(2.432)	1.459	(973)
Concer	(5.689)	1.731	(3.958)
	(45.669)	19.743	(25.926)

Notas Explicativas

A amortização dos custos de transação está prevista da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
2015	6.269	10.336
2016	4.702	7.297
2017	5.430	7.066
A partir de 2020	617	1.227
	17.018	25.926

19. Notas Promissórias

Em 14 de janeiro de 2015, a Concer assinou contrato de financiamento, na modalidade de notas promissórias, com o Banco Santander S.A., BB Banco de Investimento S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A. O financiamento totalizou R\$350.000 na data da emissão (valor original) para a utilização, com encargos 100% do CDI + 2,00% a.a. As notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias a contar da data da emissão.

O saldo atualizado de notas promissórias em 31 de março de 2015 é de R\$356.452.

20. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	2.774	2.063
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	8.144	4.414
Imposto de Renda Retido na Fonte	16	235	887	1.200
Cofins	53	181	4.051	3.964
PIS	11	39	1.317	1.339
INSS	2	-	1.300	406
Imposto Sobre Serviços	-	-	13.233	7.113
Imposto sobre Operações Financeiras	86	-	4.334	-
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	-	-	354	42
ICMS	20	44	13.906	14.446
Outros impostos e contribuições	-	56	3.488	5.980
	188	555	53.788	40.967
Parcela do circulante	188	555	45.460	37.646
Parcela do não circulante	-	-	8.328	3.321

21. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

Notas Explicativas

	<u>31/03/15</u>	<u>31/12/14</u>
Triunfo	639.089	566.571
	639.089	566.571

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	<u>31/03/15</u>	<u>31/12/14</u>
Reserva de reavaliação	169.429	116.844
Receita de construção – Aditivo	23.514	15.822
Sobre custo financeiro	525	525
Estorno de amortizações – ICPC 01	70.387	63.634
	263.855	196.825

22. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/03/15</u>	<u>31/12/14</u>
Aquisição de direito de exploração de superfície	3.250	3.250	3.250	3.250
	3.250	3.250	3.250	4.250
Parcela do circulante	-	-	-	1.000
Parcela do não circulante	3.250	3.250	3.250	3.250

a) Aquisição de direito de exploração de superfície

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

23. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

Notas Explicativas

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluente o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Eletronet pagou R\$7.942 à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$286. Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e será corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado	
	31/03/15	31/12/14
Receita recebida antecipadamente	8.478	9.332
(-) Receita apropriada ao resultado	(54)	(68)
	8.424	9.264

24. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base na opinião de seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			31/03/15
	31/12/14	Reversões	Pagamentos	
Processos cíveis	917	(9)	(699)	559
Processos trabalhistas	1.865	(531)	-	2.056
Total provisão	2.782	(540)	(699)	2.615

Notas Explicativas

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$17.692 e R\$26.561 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Até 31 de março de 2015, já foram subscritas e integralizadas 92.575.734 destas ações.

Em 23 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$11,00 por ação, totalizando um aumento de R\$330.000, homologado através da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2013, passando a ser representado por 176.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$842.979.

b) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Notas Explicativas

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

d) Lucro (Prejuízo) por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação, considerando o resultado atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014 (Reapresentado)</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	88.065	167.030
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	176.000.000	176.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do período – diluído	2.000.000	2.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(1.999.992)	(1.715.599)
Resultado por ação – básico	0,50037	0,94903
Resultado por ação – diluído	0,50037	0,94750

Conforme nota explicativa nº 26, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010, 1º de maio de 2011 e 1º de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou quatro outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

e) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014. O lucro líquido do exercício é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do exercício.

Notas Explicativas

	31/03/15	31/03/14 (Reapresentado)
Lucro líquido	88.065	167.030
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	3.884	5.682
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	7.171	7.763
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	99.120	180.475
(-) Reserva Legal	(4.403)	(8.352)
(-) Distribuição de dividendos Intermediários	-	-
Saldo à disposição dos acionistas	94.717	172.123

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

26. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014 (Reapresentado)
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	211.798	178.605
Operação de carga própria – porto	-	1.391
Operação de energia	3.523	21.143
Construção de ativos das concessões de rodovia	597.438	77.326
Outros	7.748	1.955
	820.507	280.420
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(28.449)	(38.526)
	792.058	241.894

27. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários,

Notas Explicativas

definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

Anualmente, a partir da data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembleia de 29 de junho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	Controladora e consolidado			
	31/03/15		31/12/14	
	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$
Saldo no início do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	-	-	-	-
Saldo no final do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00

	Controladora e consolidado	
	31/03/15	31/12/14
	Ações exercíveis	2.000.000
Prazo de vida útil (anos)	4	4
Preço médio ponderado – R\$	9,00	9,00

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

Notas Explicativas

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	1 de maio de 2012	1 de maio de 2011	1 de maio de 2010	23 de setembro de 2009
Taxa de juros livre de risco	9,00%	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	29,73%	24,54%	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2012, 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$4,1865, R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

As despesas reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$688, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$597 em 31 de dezembro de 2013 e despesa com pessoal no montante de R\$91 em 31 de dezembro de 2013. As despesas referentes à remuneração baseada em ações foram totalmente reconhecidas até 31 de dezembro de 2013 não restando saldos a serem reconhecidos em 31 de março de 2014.

28. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura						Total Importância segurada (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Outros	
Econorte	10.000	76.082	3.000	-	93.903	-	182.985
Concer	14.922	25.000	10.312	-	14.922	324	65.480
Concepa	4.000	30.039	6.921	-	23.357	6.400	70.717
Rio Verde	10.000	385.496	-	-	-	-	395.496
Rio Canoas	20.000	917.131	-	-	-	-	937.131
Portonave	-	-	-	10.000	-	-	10.000
Aeropertos Brasil - Viracopos	40.000	988.870	1.081.255	20.000	804.890	325	2.935.340
Tijóá	20.000	-	60.000	-	-	-	80.000
TPI	-	-	-	40.000	200.077	7.000	247.077
Total R\$	118.922	2.422.618	1.161.488	70.000	1.137.149	14.049	4.924.226
Portonave	-	171.311	-	-	-	-	171.311
Aeropertos Brasil - Viracopos	500.000	-	-	-	-	-	500.000
Total US\$	500.000	171.311	-	-	-	-	671.311

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices.

Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

29. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2014 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$13.924.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 27, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 2.000.000 de opções de compra de ações da Companhia respectivamente.

Até 31 de março de 2015 foram reconhecidos no resultado do período o montante de R\$2.810 (R\$2.838 em 31 de março de 2014) na controladora e de R\$6.046 (R\$5.127 em 31 de março de 2014 Reapresentado) no consolidado respectivamente.

A remuneração do pessoal chave da Administração está assim demonstrada:

	Controladora	
	31/03/15	31/03/14 (Reapresentado)
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró labore	1.449	1.361
Benefícios diretos e indiretos	12	84
Participações nos resultados	1.350	1.393
Plano de opções de compra de ações	-	-
	2.811	2.838

30. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de março de 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

	31/03/2015				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	88.065	242.353	25.506	(158.124)	197.800
IRPJ e CSLL correntes	-	(8.132)	(2.368)	-	(10.500)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(77.067)	-	-	(77.067)
Total de IRPJ e CSLL	-	(85.199)	(2.368)	-	(87.567)
Alíquota efetiva	0%	35%	9%		

Notas Explicativas

	31/03/2014				
	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	167.030	27.871	22.576	(192.884)	24.593
IRPJ e CSLL correntes	-	(12.778)	(2.251)	-	(15.029)
IRPJ e CSLL diferidos	-	4.111	-	-	4.111
Total de IRPJ e CSLL	-	(8.667)	(2.251)	-	(10.918)
Alíquota efetiva	0%	31%	10%		

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não havia efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e optou pela não antecipação de seus efeitos, que deveriam ser manifestados na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Sendo assim a adoção, obrigatória, ocorrerá no exercício de 2015.

Notas Explicativas

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/2014 (Reapresentado)
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	737	409	2.532	1.978
Juros recebidos	296	191	296	198
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	-	1.828	978	467
Outros juros e descontos obtidos	4.355	91	3.315	678
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(42.289)	(28.700)	(73.193)	(41.874)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(7.526)	(9.381)	(35.775)	(9.647)
Outros juros, multas e atualizações	(2.283)	(2.454)	(9.658)	(5.045)
Impostos sobre operações financeiras	(1.968)	(390)	(2.601)	(390)
Variação Cambial Líquidas	-	-	(747)	-
Resultado financeiro	(48.678)	(38.406)	(114.853)	(53.635)

32. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	169.464	50.668	169.464	50.668
Aplicações financeiras vinculadas	68	74	68	74
Contas a receber, líquidas	83.714	59.327	83.714	59.327
Impostos a recuperar	40.630	14.769	40.630	14.769
Depósitos judiciais	6.173	2.857	6.173	2.857
Total	300.049	127.695	300.049	127.695
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.251.855	220.593	1.251.855	220.593
Debêntures e prêmio de não conversão	1.604.795	1.130.325	1.604.795	1.130.325
Notas Promissórias	356.452	-	356.452	-
Fornecedores	107.777	27.946	107.777	27.946
Salários, provisões e contribuições sociais	22.897	10.011	22.897	10.011
Dividendos	1.686	109	1.686	109
Impostos a pagar	53.788	22.344	53.788	22.344
Arrendamento mercantil	1.651	34	1.651	34
Contratos de aquisição de ativos	3.250	4.250	3.250	4.250
Total	3.404.151	1.415.612	3.404.151	1.415.612

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures teve o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o período de 2014, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2015, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,0% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	12,0%	9,0%	6,0%
Econorte	CDI	8	6	4
Concer	CDI	3.399	2.549	1.699
Concebra	CDI	11.934	8.951	5.967
R\$127.839 (**)		15.341	11.506	7.670

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de março de 2015 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2015, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA vigentes em 31 de março de 2015, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2015 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2015. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de março de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	13.346	16.683	20.019
4ª Emissão de Debêntures	CDI	66.686	83.357	100.029
R\$792.348 (**)		80.032	100.040	120.048
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	12,00%	15,00%	18,00%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	5,64%	7,05%	8,46%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de março de 2015

Notas Explicativas*Triunfo (Consolidado)*

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Conta garantida Santander - Econorte	CDI	14.952	18.690	22.428
Finame-Financiamento Imobilizado Banco Bradesco - Rio Bonito	TJLP	2	2	3
Finame-Financiamento Imobilizado Banco Santander - Rio Bonito	TJLP	17	21	25
Empréstimos BNDES - Concebra	TJLP	22.608	28.260	33.912
Nota de Crédito Comercial Banco do Brasil - Concebra	CDI	7.333	9.166	10.999
Conta garantida Banco Santander - Triunfo	CDI	5.394	6.743	8.091
Conta garantida Banco Safra - Triunfo	CDI	600	750	900
Conta garantida Banco do Brasil - Triunfo	CDI	3.600	4.500	5.400
Conta garantida Bic Banco - Triunfo	CDI	6.000	7.500	9.000
Conta garantida Banco ABC do Brasil - Concer	CDI	7.240	9.050	10.860
CCB Banco Pine - Concer	CDI	7.200	9.000	10.800
CCB Banco Pan - Concer	CDI	2.280	2.850	3.420
Notas promissórias - Concer	CDI	42.774	53.468	64.161
Conta Garantida Banco Santander - Maestra	CDI	5.403	6.754	8.105
Conta Garantida Banco ABC - Maestra	IPCA	108	135	162
CCB Banco ABC - Maestra	CDI	6.890	8.612	10.335
CCB Banco Original - Maestra	CDI	2.023	2.529	3.035
CCB Banco Indusval & Partners - Maestra	IPCA	122	153	183
Cédula de crédito bancário - Banco Safra - NTL	CDI	-	1	1
Financiamento de Imobilizado BNDES - NTL	TJLP	799	999	1.198
Finem BNDES - Transbrasiliana	TJLP	9.838	12.298	14.758
Finame BNDES - Transbrasiliana	TJLP	89	111	133
Finame BNDES - Transbrasiliana	TJLP	4	5	6
Nota de crédito Banco ABC - Transbrasiliana	CDI	3.328	4.160	4.992
R\$1.569.052(**)		148.604	185.757	222.907
Debêntures-Triunfo (Controladora)	IPCA	13.346	16.683	20.019
Debêntures-Triunfo (Controladora)	CDI	66.686	83.357	100.029
Debêntures - Econorte	CDI	9.646	12.057	14.469
Debêntures - Concepa	CDI	34.228	42.785	51.342
Debêntures - Concer	CDI	24.438	30.547	36.657
Debêntures - Vessel-log	IPCA	6.466	8.082	9.698
Debêntures - Transbrasiliana	CDI	8.213	10.266	12.320
Debêntures - BRVias Holding TBR S.A.	IGP-M	3.426	4.282	5.139
R\$1.604.795 (**)		166.449	208.059	249.673
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	12,00%	15,00%	18,00%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IGP-M	5,70%	7,13%	8,55%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	5,50%	6,88%	8,25%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IPCA	5,64%	7,05%	8,46%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 31 de março de 2015

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Notas Explicativas

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

No segmento de energia, as vendas são garantidas e asseguradas pelo poder concedente.

c) Risco de mercado

i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

No segmento de energia, eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos de venda terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE) após a alocação ao MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal

Notas Explicativas

portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

As atividades do segmento de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	142.610	103.777	1.251.855	1.027.519
Debêntures (Nota 19)	792.348	748.493	1.604.795	1.454.220
Notas promissórias (Nota 18)	-	169.874	356.452	169.874
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(14.387)	(92.144)	(169.464)	(188.209)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	-	-	(16.557)	(68)
Dívida líquida	920.571	930.000	3.027.081	2.463.336
Patrimônio líquido	1.403.205	1.315.140	1.562.928	1.433.816
Total do capital	2.323.776	2.245.140	4.590.009	3.897.152
Índice de alavancagem financeira - %	39,62	41,42	65,95	63,21

Notas Explicativas

33. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em sete segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, administração de aeroportos, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Dable, Transbrasiliiana, Rio Guaíba, Concebra, Rio Parnaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale, ;
- Administração de portos: TPI-Log, Portonaus, Trevally, Terlip, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Energia: As controladas Rio Verde, Rio Canoas, Rio Claro, TNE, FIP Constantinopla, Tijoá e CSE;
- Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos.
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: As controladas Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Rio Dourado, ACT, Venus, Netuno, Mercurio, Minerva, Vessel, NTL, Maestra, Juno e ATTT.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Notas Explicativas

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	31/03/2015						
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	788.772	-	76.311	-	-	(73.025)	792.058
Custos dos serviços prestados	(463.984)	-	(75.384)	-	-	73.025	(466.343)
Lucro bruto	324.788	-	927	-	-	-	325.715
Receitas (Despesas) operacionais	(13.222)	2.441	(425)	(64)	136.743	(138.535)	(13.062)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	311.566	2.441	502	(64)	136.743	(138.535)	312.653
Resultado financeiro	(65.750)	-	(425)	-	(48.678)	-	(114.853)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	245.816	2.441	77	(64)	88.065	(138.535)	197.800
Imposto de renda e contribuição social	(87.191)	-	(376)	-	-	-	(87.567)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	158.625	2.441	(299)	(64)	88.065	(138.535)	110.233
Operações mantidas a venda							
Lucro após o imposto do período resultante de participações a comercializar	-	-	-	-	-	21.597	21.597
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	158.625	2.441	(299)	(64)	88.065	(116.938)	131.830
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(43.765)	(43.765)
Lucro (prejuízo) líquido do período	158.625	2.441	(299)	(64)	88.065	(160.703)	88.065
Ativos totais por segmento	3.891.539	191.739	150.513	21.489	2.806.255	(598.070)	6.463.672
Passivos totais por segmento	2.947.600	9.560	90.913	-	1.403.050	(472.466)	3.978.357

	31/03/2014						
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	239.788	1.174	219.203	-	-	(219.433)	240.732
Custos dos serviços prestados	(154.539)	(341)	(218.271)	-	-	216.016	(157.135)
Lucro bruto	85.249	833	932	-	-	(3.417)	83.597
Receitas (Despesas) operacionais	(20.360)	2.369	(354)	(6)	205.436	(195.871)	(8.786)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	64.889	3.202	578	(6)	205.436	(199.288)	74.811
Resultado financeiro	(15.188)	2	(43)	-	(38.406)	-	(53.635)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	49.701	3.204	535	(6)	167.030	(199.288)	21.176
Imposto de renda e contribuição social	(10.549)	-	(369)	-	-	-	(10.918)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	39.152	3.204	166	(6)	167.030	(199.288)	10.258
Operações mantidas a venda							
Lucro após o imposto do período resultante de participações a comercializar	-	-	-	-	-	159.454	159.454
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	39.152	3.204	166	(6)	167.030	(39.834)	169.712
Participação de acionistas não controladores	-	1	-	-	-	(2.683)	(2.682)
Lucro (prejuízo) líquido do período	39.152	3.205	166	(6)	167.030	(42.517)	167.030
Ativos totais por segmento	1.752.594	844.739	249.587	14.884	3.256.946	(715.373)	5.403.377
Passivos totais por segmento	890.226	29.183	92.276	-	1.127.847	(216.259)	1.923.273

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, Vetorial, ACT, Aeroportos Brasil, Aeroportos Brasil Viracopos, Terlip, Tijoá, e CSE não foram consolidadas pela companhia.

Notas Explicativas

34. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2015	235.317
2016 a 2021	44.955
	<u>280.272</u>

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/15</u>	<u>31/03/14</u>
Receita de construção	378.124	39.302
Custo de construção	(179.528)	(39.302)
	<u>198.596</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concer não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2016	174
2017	174
2018	87
	<u>12.700</u>

Notas Explicativas

Até 31 de março de 2015, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 31 de março de 2015 são os seguintes:

Ano	Valor
2015	464
2016	481
2017	254
	<u>1.199</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/03/15	31/03/14
Receita de construção	63.160	11.307
Custo de construção	(42.611)	(11.307)
	<u>20.549</u>	<u>-</u>

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 31 de março de 2015, estão previstos investimentos no montante de R\$310.395.

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Notas Explicativas

Ano	Valor
2015	9.299
2016	13.544
2017	12.470
2018	16.716
Após 2019	258.366
	<u>310.395</u>

Adicionalmente, a controlada Econorte assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Econorte não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/03/15	31/03/14
Receita de construção	4.140	26.817
Custo de construção	(4.140)	(26.817)
	<u>-</u>	<u>-</u>

d) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão.

e) Concebra

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2015	731.236
2016	686.922
2017	1.035.926
2018	1.269.404
2019 até 2044	4.671.906
	<u>8.395.394</u>

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/15</u>
Receita de construção	137.667
Custo de construção	<u>(134.175)</u>
	<u>3.492</u>

f) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de março de 2015, dos gastos a serem realizados até o prazo final da concessão totalizam R\$ 410.749 conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2015	48.132
2016	50.623
2017	17.015
2018	71.795
2019 até 2044	<u>223.183</u>
	<u>410.748</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/03/15</u>
Receita de construção	14.347
Custo de construção	<u>(14.347)</u>
	<u>-</u>

35. Arrendamento mercantil

A controlada Concebra contratou arrendamentos mercantis financeiros para aquisição de veículos para operação na concessão. Os bens foram registrados como ativo intangível e estão sendo depreciados pelo prazo de vida útil.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.

Em 31 de março de 2015, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

<u>Prazo</u>	<u>31/03/2015</u>	
	<u>Consolidado</u>	
	<u>Pagamentos</u>	<u>Valor presente dos pagamentos</u>
Dentro de um ano	<u>822</u>	<u>770</u>
Após um ano, mas menos de 5 anos	<u>829</u>	<u>690</u>
	<u>1.651</u>	<u>1.460</u>

Notas Explicativas

36. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, sendo este administrado pelo Santander Seguros S.A., Entidade Multipatrocinada de Previdência Complementar, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de março de 2015 totalizaram R\$1.036 (R\$3.152 no consolidado) e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$1.659 (R\$ 3.800 no consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de março de 2015 é de 925 participantes.

37. Combinações de negócios

Em 05 de janeiro de 2015, a Companhia por meio de sua controlada integral Dable Participações Ltda (“Dable”) adquiriu a totalidade dos Fundos de Investimento FIP – Volluto e FIP Aubuma a totalidade das ações que estes Fundos detém na empresa BRVias Holding TBR. Com a aquisição da BRVias Holding TBR, a TPI passou a ser controladora integral da empresa Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A., subsidiária integral da BRVias Holding TBR.

Pela aquisição de 100% das ações da BRVias Holding TBR, a Companhia desembolsou em parcela única no montante de R\$ 22.380 após cumprimento das condições precedentes para a efetivação do negócio, dentre elas a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico (“CADE”). Na mesma data foram alterados o controle acionário indireto da BRVias Holding TBR, bem como os seus administradores.

O preço de aquisição foi determinado levando-se em consideração: (i) o valor da companhia adquirida; (ii) o valor dos passivos verificados; (iii) o valor do Termo de ajuste de Conduta (TAC- penalidades, no montante de R\$ 31.000); e (v) o valor das debêntures da BRVias Holding TBR.

O preço de aquisição é composto e será devido da seguinte forma: (i) 1(uma) parcela devida na data de fechamento; (ii) 2 (duas) parcelas futuras, condicionais e variáveis, as quais serão devidas e pagas pela Companhia aos vendedores somente caso se verifiquem as seguintes condições:

- (i) Primeira parcela contingente: Caso dentro de 7 (sete) anos a contar da data de fechamento, venha a ser aprovada pela ANTT a duplicação da Rodovia Transbrasiliana, a Companhia deverá pagar aos compradores o valor que for determinado pela metodologia, critérios e condições estabelecidos em contrato, onde a parcela pode variar entre R\$ 31.694 (mínimo) e R\$ 67.346 (máximo).
- (ii) Segunda parcela contingente: Caso dentro de 7 (sete) anos a contar da data de fechamento venha a ser aprovada pela ANTT a incorporar, construir, e duplicar o trecho projetado da BR – 374 entre Espírito Santo do Turvo e Lupércio, interligando a Rodovia Castelo Branco (SP 280) à Rodovia Transbrasiliana (BR 153), a Companhia pagará aos

Notas Explicativas

compradores o valor que for determinado pela metodologia, critérios e condições estabelecidos em contrato, onde a parcela pode variar entre R\$ 25.000 (mínimo) e R\$ 37.500 (máximo).

A Combinação de negócios acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

O valor justo preliminar dos ativos e passivos adquiridos da BRVias Holding TBR e Transbrasiliana na data da aquisição são apresentados a seguir:

BR Vias Holding TBR

ATIVO	12/2014
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	233
	<u>233</u>
NÃO CIRCULANTE	
Dividendos	
Investimentos	125.559
	<u>125.559</u>
TOTAL DO ATIVO	125.792

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12/2014
CIRCULANTE	
Debêntures	1.999
Dividendos a pagar	1.543
Outros passivos	9.100
	<u>12.642</u>
NÃO CIRCULANTE	
Debêntures	57.207
	<u>57.207</u>
TOTAL DO PASSIVO	67.849
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.943
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.792

Transbrasiliana

ATIVO	12/2014
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	3.344
Aplicações financeiras	23.730
Contas a receber	5.014
Outros ativos	2.336
	<u>34.424</u>
NÃO CIRCULANTE	
Outros ativos	9.215
Imobilizado	789
Intangível	433.811
	<u>443.815</u>
TOTAL ATIVO	478.239

Notas Explicativas

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12/2014
CIRCULANTE	
Empréstimos e financiamentos	114.255
Fornecedores	24.024
Obrigações tributárias e trabalhistas	3.029
Provisão para manutenção	9.165
Outros passivos	734
	151.208
NÃO CIRCULANTE	
Empréstimos e financiamentos	170.367
Obrigações tributárias	8.345
Provisão para manutenção	13.089
Provisão ANTT	8.599
Provisão para contingências	1.072
	201.472
Total do Passivo	352.680
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	124.621
Reserva legal	
Reserva de lucros	938
Total do Patrimônio Líquido	125.559
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	478.239

Desde a data da aquisição, a Transbrasiliana passou a ser consolidada integralmente pela Companhia e contribuiu para o consolidado com receitas operacionais líquidas de R\$36.092 e lucro antes dos impostos de R\$19.902. Para maiores detalhes de resultado da investida vide a Nota Explicativa 2.3) a).

A Companhia está efetuando os estudos e cálculos para a alocação do preço de compra da BR Vias Holding TBR e Transbrasiliana para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados e, portanto, reconhecer quaisquer ativos ou passivos adicionais identificados na revisão, bem como, a avaliação dos valores justos de todos os ativos e passivos identificáveis.

38. Eventos subsequentes

Aprovação de distribuição de Dividendos - Companhia:

Em 30 de abril de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, por maioria, a proposta da administração para distribuição de dividendos, no montante de R\$30.000, equivalente a 28% do lucro líquido, com um valor por ação de R\$0,17045, a ser pago até 31 de dezembro de 2015.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:						Posição em 31 de março de 2015 (Em Mil Ações)
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	97.750	55,54	-	-	97.750	55,54
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	25.966	14,75	-	-	25.966	14,75
João Villar Garcia	62	0,04	-	-	62	0,04
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.950	1,11	-	-	1.950	1,11
Miguel Ferreira Aguiar	1.430	0,81	-	-	1.430	0,81
Wilson Piovezan	1.050	0,60	-	-	1.050	0,60
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,34	-	-	600	0,34
Sandro Antônio de Lima	13	0,01	-	-	13	0,01
Paula Paulozzi Villar	17	0,01	-	-	17	0,01
Vinci Partners	10.884	6,18	-	-	10.884	6,18
QVT Financial LP (i)	10.307	5,86	-	-	10.307	5,86
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	25.971	14,75	-	-	25.971	14,75
Total	176.000	100,0	-	-	176.000	100,0

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação:					Posição em 31 de março de 2015 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Wilson Piovezan	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	14.322	10,0	-	-	14.322	10,0
Total	143.218	100	-	-	143.218	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31 de março de 2015						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
BNDES Participações S.A.	25.966.004	14,75	-	-	25.966.004	14,75
Controladores e Administradores						
Controladores						
João Villar Garcia	61.800	0,04	-	-	61.800	0,04
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.950.200	1,11	-	-	1.950.200	1,11
Miguel Ferreira Aguiar	1.430.000	0,81	-	-	1.430.000	0,81
Wilson Piovezan	1.050.000	0,60	-	-	1.050.000	0,60
Administradores						
Conselho de Administração	122	0,00	-	-	122	0,00
Diretoria	630.259	0,36	-	-	630.259	0,36
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação	47.161.615	26,79	-	-	47.161.615	26,79
Total	176.000.000	100	-	-	176.000.000	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31 de dezembro de 2014						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
BNDES Participações S.A.	25.966.004	14,75	-	-	25.966.004	14,75
Controladores e Administradores						
Controladores						
João Villar Garcia	61.800	0,04	-	-	61.800	0,04
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.374.600	0,78	-	-	1.374.600	0,78
Miguel Ferreira Aguiar	1.430.000	0,81	-	-	1.430.000	0,81
Wilson Piovezan	1.050.000	0,60	-	-	1.050.000	0,60
Administradores						
Conselho de Administração	222	0,00	-	-	222	0,00
Diretoria	630.259	0,36	-	-	630.259	0,36
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação	47.737.115	27,12	-	-	47.737.115	27,12
Total	176.000.000	100	-	-	176.000.000	100

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Triunfo Participações e Investimentos S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Triunfo Participações e Investimentos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 “Interim financial reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1.a) iii. e nº 10, a Companhia continua em fase de negociação para alienação de suas controladas Rio Verde Energia S.A. e Rio Canoas Energia S.A. Os saldos referentes a esses investimentos estão registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nas rubricas de “Participações a comercializar” e “Ativos e passivos de operações descontinuadas”, respectivamente. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2015.

Clóvis Ailton Madeira

Contador CRC 1SP-106.895/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 12 de maio de 2015 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2015.

São Paulo, 12 de maio de 2015.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras com o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 12 de maio de 2015 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2015.

São Paulo, 12 de maio de 2015.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores